

a folha

Boletim da língua portuguesa nas instituições europeias

<http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine>

N.º 40 — outono de 2012

A REVISÃO DA LISTA DE PAÍSES DO CÓDIGO DE REDAÇÃO INTERINSTITUCIONAL — Grupo Interinstitucional de Terminologia Portuguesa	1
AINDA AS FACULTATIVIDADES DO ACORDO ORTOGRÁFICO DE 1990 – ALGUMAS NOTAS CRÍTICAS — José Paulo Vaz	7
DE COMO PODE SER ÚTIL VIAJAR NO AUTOCARRO ENTRE FARO E LISBOA — Luís Filipe PL Sabino	11
PETISCOS DE TRADUÇÃO — José Frederico Ceia Nobre Soares	14
ETNÓNIMOS, UMA CATEGORIA GRAMATICAL À PARTE? — Paulo Correia	25

A revisão da lista de países do Código de Redação Interinstitucional

Grupo Interinstitucional de Terminologia Portuguesa — Bruxelas

I. INTRODUÇÃO

A lista de países, mas também de territórios, capitais, gentílicos e moedas⁽¹⁾ incluída no *Código de Redação Interinstitucional* — o livro de estilo das instituições europeias — destina-se a assegurar uma utilização uniforme e coerente da terminologia neste domínio. Com efeito, num contexto multicultural como o das instituições europeias, em que é frequente trabalhar com textos escritos em línguas diferentes, é importante assegurar que a cada referente corresponda apenas um termo e que este seja utilizado com coerência.

A iminência da reedição em papel da versão portuguesa do *Código de Redação Interinstitucional*⁽²⁾ foi o pretexto para uma revisão aprofundada da lista de países. Essa revisão impunha-se também por outros fatores: a existência de certas incoerências na escolha dos termos, a evolução política que tornou necessário analisar novos termos e a entrada em vigor em 2012 do Acordo Ortográfico de 1990.

Foi neste contexto que o Grupo Interinstitucional de Terminologia Portuguesa (GITP)⁽³⁾ empreendeu a revisão dos termos da lista de países do Código e, simultaneamente, das fichas correspondentes da

⁽¹⁾ *Código de Redação Interinstitucional*: «Anexo A5: Lista dos Estados, territórios e moedas», <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-5000500.htm>.

⁽²⁾ *Código de Redação Interinstitucional*, ISBN 978-92-78-40711-7, DOI: 10.2830/40150, <http://bookshop.europa.eu/pt/c-digo-de-redac-o-interinstitucional-2011-pbOA3110655/>.

⁽³⁾ Atualmente, o GITP compõe-se de representantes do Conselho da União Europeia, da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia e do Comité Económico e Social Europeu-Comité das Regiões.

base terminológica IATE⁽⁴⁾ e decidiu igualmente dar a conhecer os critérios que nortearam o trabalho. Os critérios relativos aos nomes das capitais, à formação dos gentílicos e aos nomes das moedas serão apresentados com maior pormenor em artigos específicos a publicar em futuros números d'«a folha»; o presente artigo mais não fará do que descrever os problemas mais comuns e os critérios básicos seguidos. Esta explicitação dos critérios estabelece referências e permite detetar mais facilmente exceções (erros?) e ponderar eventuais correções.

A preocupação com a harmonização da toponímia estrangeira esteve presente desde **1984**, ainda antes da adesão de Portugal às, então, Comunidades Europeias, com a elaboração da Lista de Países, que constituía o anexo II do *Glossário de Direito Primário e Manual de Tradução*, publicação brochada da secção de tradução portuguesa da Comissão Europeia.

Essa lista de países serviu de base à publicação, em **1993**, de um número especial policopiado da primeira série d'«a folha» intitulado *Glossário de Países do Mundo*, da responsabilidade do Conselho e da Comissão. Nesse glossário foram tidos em conta um projeto de tradução da norma ISO 3166-1981 (Códigos para representação dos nomes dos países) validado pela Academia das Ciências de Lisboa em 1988 e as fontes bibliográficas mais relevantes disponíveis à época. O glossário refletia já as alterações decorrentes do fim da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Em 1993 surge também o *Vade-Mécum do Editor* do Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, que incluía também, no anexo 4, uma lista de estados, territórios e capitais. Nem sempre as duas listas estavam de acordo.

Em **1997** o *Vade-Mécum do Editor* ganha o atual título de *Código de Redação Interinstitucional* e conta com uma lista dos Estados e das regiões dos Quinze (anexo 5). Continuam, no entanto, a subsistir questões por resolver, pelo que o Grupo Interinstitucional de Terminologia Portuguesa (GITP), surgido por essa época, constituiu um grupo de trabalho com a tarefa de assegurar a manutenção da lista. Por razões práticas, o grupo de trabalho contou com os terminólogos sediados em Bruxelas.

Em **1999**, o *Código de Redação Interinstitucional* é publicado pela primeira vez na Internet.

Com a criação da base terminológica interinstitucional IATE em **2004**, foi decidido associar os conteúdos da base com o *Código de Redação Interinstitucional*. A coordenação deste trabalho ficou entregue ao Conselho, que continuou a trabalhar com o GITP de Bruxelas.

II. CRITÉRIOS DE BASE

Uma grande parte dos termos constantes da lista de países do Código não suscitou quaisquer problemas: trata-se dos termos cuja utilização está bem consolidada no português atual, como sejam os nomes de países (e dos respetivos habitantes, capitais e moedas oficiais) com os quais Portugal manteve, historicamente, contactos mais prolongados — com destaque para os da Europa, das Américas e de certas zonas de África e da Ásia.

Noutros casos, porém, os termos entraram no português mais recentemente, em geral por via estrangeira, e o seu uso no léxico português não está suficientemente estabilizado para ser consensual. Para o tratamento desses termos, ficou assente que:

- a) será adotado **um único termo** para cada realidade referenciada, a fim de reduzir o mais possível a arbitrariedade na seleção de uma de entre várias alternativas;
- b) será procurado, sempre que possível, encontrar uma **solução aportuguesada**, ou seja, consentânea com as tradições de escrita do português contemporâneo, a fim de facilitar a estabilização da pronúncia e da ortografia e de evitar estrangeirismos desnecessários;
- c) importa assegurar um mínimo de **coerência** entre as soluções propostas, e impedir o mais possível que umas sejam aportuguesadas enquanto outras não, que haja preferências aparentemente arbitrarias na escolha dos gentílicos, etc.;

⁽⁴⁾ IATE, <http://iate.europa.eu>.

- d) será conveniente buscar a **convergência** com as fontes mais conhecidas ou mais autorizadas (dicionários, enciclopédias, obras históricas), sempre que disponíveis, o que permitirá ao mesmo tempo evitar a proliferação de alternativas.

a) Porquê um termo só?

*Um jornal não pode ter duas escritas, é por isso que tem um serviço de Revisão que, se ainda for como era no tempo em que aqui eu era redator, tinha de saudável aquilo que Vergílio Ferreira disse um dia de Jean-Paul Sartre: «Um rigor que é quase um rigorismo.» É sua função homogeneizar a ortografia do jornal, segundo as regras da língua e as normas definidas no Livro de Estilo, nomeadamente para a unificação de **nomenclatura e toponímia estrangeiras**. E quando a Revisão altera um original neste sentido, não está a «desfigurar» a escrita seja de quem for: está a **normalizá-la**. É esse o serviço ao leitor.*

Oscar Mascarenhas — Provedor do Leitor do Diário de Notícias⁽⁵⁾

A tentativa de estabilizar a terminologia pode parecer a muitos uma limitação injustificável e inaceitável das possibilidades da língua e da liberdade dos falantes: se há várias palavras alternativas (incluindo formas estrangeiras) para designar uma mesma realidade, porque não mantê-las e aceitar a abundância lexical e ortográfica? Porquê abandonar determinadas formas e privilegiar outras? Não será possível manter «panamiano» e «panamenho» ao lado de «panamense»?

Todas estas questões são pertinentes, mas o que é válido para a lexicografia, mais descritiva, pode não o ser para a terminologia, mais normativa: a prioridade de um livro de estilo é assegurar a **normalização** e a **standardização**, para prevenir toda e qualquer forma de mal-entendido ou de margem para interpretação ou escolha arbitrária. A superabundância lexical é uma das marcas da riqueza da língua, mas se cada um de nós puder dar a um país, a uma localidade ou a um indivíduo o nome que prefere, não estaremos a normalizar, e sim a introduzir uma inaceitável variedade de termos em textos em que a prioridade é assegurar a máxima precisão e evitar ambiguidades.

b) Português, francês ou inglês?

Recomenda-se que os topónimos de línguas estrangeiras se substituam, tanto quanto possível, por formas vernáculas, quando estas sejam antigas e ainda vivas em português ou quando entrem, ou possam entrar, no uso corrente. Exemplo: Anvers, substituído por Antuérpia; Cherbourg, por Cherburgo; Garonne, por Garona; Genève, por Genebra; Jutland, por Jutlândia; Milano, por Milão; München, por Munique; Torino, por Turim; Zürich, por Zurique, etc.

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990⁽⁶⁾

endónimo — Nombre de un accidente geográfico en una lengua oficial o en una de las lenguas utilizadas en la región en la que se localiza el accidente. Ejemplos: Vārānasī (no Benarés); Aachen (no Aquisgrán); Krung Thep (no Bangkok); Al-Uqşur (no Luxor). (...)

exónimo — Nombre usual en una lengua para designar un accidente geográfico situado fuera del área donde se habla mayoritariamente aquella lengua y que difiere en su forma del/de los endónimo(s) del área donde el accidente geográfico está situado. Ejemplos: Warsaw es el exónimo inglés de Warszawa; Mailand, el alemán de Milano; Londres, el español de London; Kūlūniyā es el árabe de Köln. El endónimo latinizado Moskva en lugar de Moskva no es un exónimo, ni tampoco la forma pinyin Beijing, mientras que Pekín sí es un exónimo. **Las Naciones Unidas recomiendan reducir al mínimo el empleo de exónimos en el uso internacional.**

Grupo de Peritos das Nações Unidas em Nomes Geográficos⁽⁷⁾

Além dos **exónimos** consagrados em português, muitos dos termos constantes do Código são **endónimos** de línguas que não usam o alfabeto latino, que não têm alfabeto (como é o caso do chinês) ou que não dispunham de um sistema de escrita. Isso significa que a sua entrada no nosso léxico

⁽⁵⁾ Mascarenhas, Óscar — «(Des)Acordo Ortográfico separa os *maquisards* dos “vende-pátrias”?», *Diário de Notícias*, 21.1.2012,

http://www.dn.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=2254829&seccao=%D3scar%20Mascarenhas&page=-1.

⁽⁶⁾ Portal da Língua Portuguesa — *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990*: «Base I: Do alfabeto e dos nomes próprios estrangeiros e seus derivados», <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1990>.

⁽⁷⁾ Nações Unidas — *Glosario de términos para la normalización de los nombres geográficos* (M.01.XVII.7), 2002,

<http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/UNGEGN/docs/glossary.pdf> e adenda de 2007,

http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/UNGEGN/docs/pubs/glossary_add_s.pdf.

requereu uma romanização, que por perda de tradição, se fez, na maior parte dos casos, por intermédio de transliterações ou transcrições inglesas e francesas.

Porquê balançar permanentemente, em função da língua do original, na designação atribuída nos textos em língua portuguesa a uma mesma entidade (Fidji/Fiji, Bahrein/Bahrain, Koweit/Kuwait)? Porquê continuar a escrever Kiribati, Ouagadougou, Malawi, Kinshasa ou Qatar? Sobretudo quando não há outros exemplos na nossa língua de tais sequências vocálicas ou do uso dessas consoantes para expressar sons que o uso nos habituou a grafar de outra forma⁽⁸⁾?

O GTP optou por seguir o **aportuguesamento** em (quase) todos esses casos, aproximando-se da abordagem prevalecente na maioria dos vocabulários e dicionários portugueses e brasileiros consultados. Sobretudo para os nomes das cidades, o GTP afastou-se frequentemente da abordagem de alguns atlas disponíveis no mercado, geralmente baseados em cartografia estrangeira.

Aportuguesar, mas como?

Las últimas proposiciones de la RAE [Real Academia Española] sobre toponimia (que figuran en el apéndice «Lista de países y capitales, con sus gentilicios» de su reciente Ortografía de la lengua española) representan una fuerte apuesta, que me parece bastante contradictoria con estos tiempos de globalización, en favor de las opciones más decididamente castizas. Se trata de una vieja tentación, que alguna vez he denominado «la vía portuguesa» (véase puntocom n.º 100, p. 61).

En efecto, el idioma portugués decidió desde el principio adaptar totalmente los topónimos a una grafía «autóctona» que no presentara ambigüedad alguna en cuanto a su pronunciación (por ejemplo, «Antuérpia» por Antwerpen, «Bangladeche» por Bangladesh, «Estugarda» por Stuttgart o «Quília» por Kiel).

Miquel Vidal⁽⁹⁾

O Brasil não adotou a radicalização de Portugal, que praticamente aportuguesou a grande maioria dos nomes geográficos, surgindo palavras só adotadas lá, tais como: Estugarda, para Stuttgart, Munchão, para Munique, entre outras.

Paulo Márcio Leal de Menezes *et al*⁽¹⁰⁾

Até meados do século XX era comum afeiçoar topónimos estrangeiros (e mesmo muitos antropónimos: pense-se em Maquiavel, Lineu ou Galileu) à **pronúncia efetiva** e às **tradições ortográficas** do português — a tal via portuguesa. Foi assim que entraram na nossa língua vários vernaculismos referentes a locais, países ou indivíduos estrangeiros: Londres, Berlim, Rebate (nome histórico da atual capital de Marrocos), Helsínquia, etc. A via portuguesa não é radical como, por exemplo, a via letã, que adapta obrigatoriamente todos os topónimos e antropónimos às regras ortográficas do letão.

Algumas dessas ortografias caíram em desuso, algumas por serem usadas com pouca frequência, outras por o estrangeirismo as ter entretanto substituído. No entender do GTP, essa tendência deve ser sobrestada, para evitar que entrem definitivamente no nosso vocabulário estrangeirismos desnecessários como «Nouakchott», «Bishkek», etc. Em muitos casos, quando disponível uma forma histórica, esta foi preferida ao estrangeirismo corrente; noutros, o vocábulo foi pura e simplesmente adaptado às convenções da ortografia do português.

Não há, porventura, melhor teste da qualidade de um aportuguesamento do que o de fazer um ditado a uma criança ou a um adolescente que ainda desconheça a ortografia estrangeira do termo em questão. Quando se lhes propõe esse exercício, os termos são (quase) sempre escritos exatamente conforme a

⁽⁸⁾ É certo que o Acordo Ortográfico de 1990 veio oficializar a situação que já existia de facto em português antes de 1990 no que às letras «k», «w» e «y» diz respeito (essas letras já eram usadas correntemente em português para topónimos ou antropónimos estrangeiros, para unidades de medição, etc.; o alfabeto é que, incongruente, não as reconhecia).

⁽⁹⁾ Vidal, Miquel — «Sorpresas de una toponimia a contracorriente», *puntocom*, n.º 127, http://ec.europa.eu/translation/bulletins/puntocom/127/pyc1274_es.htm.

⁽¹⁰⁾ Menezes, Paulo Márcio Leal de; *et al* — «Atlas Universal de Seleções do Reader's Digest» in Anais do XXIII Congresso Brasileiro de Cartografia, 2007, disponível no sítio Web *Esteio*, <http://www.esteio.com.br/blog/blogs/media/pdf/atlasuniversal.pdf>.

pronúncia, como se fosse essa a única forma concebível de os escrever na nossa língua. Não esquecer que o tradutor tem sempre o original à frente, pelo que não se enganará a escrever a «exótica» transliteração francesa Nouakchott ou a inglesa Bishkek⁽¹¹⁾; mas entender-se-á que é mais simples saber escrever Nuaquechote, Bisqueque, etc.

c) Coerência ou viabilidade?

[A] hesitação, no entanto, é natural: todos os vocábulos estrangeiros que entram no Português passam por um tempo de indefinição, em que as **forças mais progressistas** defendem a forma adaptada e as **forças conservadoras** se plantam ainda na forma tradicional, estrangeira.

Cláudio Moreno⁽¹²⁾

Os novos aportuguesamentos foram inicialmente objeto de discussões animadas no GITP. A aplicação do princípio da **coerência** requereria o aportuguesamento mesmo de ortografias já sedimentadas através da memória visual (pense-se em Koweit, Taiwan, Kiev, Minsk, etc., cujos possíveis aportuguesamentos ainda não reúnem consenso: Coeite, Coueite, Cueite, Coaite, Couaite, Cuaite; Taiuã, Taiuane; Quiieve, Quiive; e Minsque); essas formas teriam, neste momento, pouca probabilidade de vingar na escrita de todos os dias uma vez que teriam de competir com formas já excessivamente familiares na memória visual e coletiva de quem lê textos em português. Observe-se que os casos em que foi mantido o estrangeirismo correspondem quase todos a vocábulos assaz curtos, de quatro a seis caracteres, o que facilitou a memorização (e, inversamente, dificultaria a popularização de uma forma aportuguesada concorrente). A **viabilidade** do termo foi, pois, um outro elemento a ponderar.

Nestes casos, em número muito limitado, foi mantido o estrangeirismo, contanto que este já seja de tal forma corrente em português que não seja realista esperar que desapareça proximamente do léxico ou que o seu aportuguesamento traga vantagens manifestas. No que diz respeito aos países propriamente ditos, há apenas quatro ocorrências: Koweit e Taiwan (ortografias estrangeiras) e Mianmar e Sri Lanca (aportuguesamentos parciais⁽¹³⁾).

d) Em busca da convergência

Há muito que se introduziram na nomenclatura geográfica estrangeirismos, que, além de contrários ao génio e tradições da língua portuguesa, tendem a apagar a lembrança da nossa epopeia marítima e militar.

Em suas viagens através de todos os mares e pelo interior de tantas terras, conheceram os nossos antepassados ou deram por seu arbítrio nomes de terras, que aos demais povos civilizados ensinaram com a narrativa de feitos gloriosos. Accommodaram êsses povos á índole das respectivas línguas a nomenclatura geográfica dos nossos navegadores e viajantes; mas quis a nossa desfortuna que, esquecidas as tradições da história nacional, fossem portugueses mendigar a línguas estranhas, corrupto e avariado, aquillo que da nossa os outros tinham aprendido.

Prover de remédio a mal tão deploravel é obra de ha muito reclamada por quantos conservam amor á língua e ás tradições nacionaes, mas tal reforma se não fez ainda, antes novos obstáculos se lhe teem levantado, como se para a diffcultar não bastassem as intrusões da moda inveteradas pela ignorância.

Fortunato de Almeida⁽¹⁴⁾

A sistematização da ortografia dos topónimos estrangeiros em português não é um anseio recente. O linguista Fortunato de Almeida foi um dos primeiros, há mais de 100 anos, a publicar listas de ortografias portuguesas de topónimos estrangeiros; o seu objetivo na altura era essencialmente patriótico, mas poderá ter inspirado tentativas posteriores de padronização, como a da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, dos anos 40. As primeiras edições do *Lello Universal* também

⁽¹¹⁾ Bichkek, em francês, Bischkek, em alemão.

⁽¹²⁾ Moreno, Cláudio — «Recorde», *Sua língua*, <http://wp.elicrbs.com.br/sualingua/2009/05/15/recorde/>.

⁽¹³⁾ As sequências «nm» de Mianmar ou «sr» de Sri Lanca não ocorrem em palavras portuguesas. Nestes casos, aportuguesamentos completos seriam Miãmar (como vamente), Miammar (como ruimmente) ou Mianemar e Seri Lanca ou Serilanca.

⁽¹⁴⁾ Almeida, Fortunato de — *Nomenclatura Geográfica: Subsídios para a restauração da toponymia em língua portuguesa*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1908.

registam, nos verbetes e nos mapas (por vezes de forma incoerente), muitos topónimos aportuguesados.

Em todo o caso, obras de referência recentes em papel ou eletrónicas utilizam aportuguesamentos de muitos topónimos, gentílicos e nomes de moedas. Esse é, entre outros, o caso das últimas edições do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa, do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, do *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* da Porto Editora, do *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* ou do *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, bem como a *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, a *Enciclopédia Geográfica da Verbo* ou a *Enciclopédia Lexicoteca* do Círculo de Leitores, ou ainda o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* da Academia Brasileira de Letras, o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* da Porto Editora ou o *Vocabulário Ortográfico do Português* do Instituto de Linguística Teórica e Computacional. Não existe em Portugal uma entidade normalizadora da toponímia estrangeira.

Nos seus trabalhos, o GITP procurou coligir toda a informação constante destas obras de referência e tomou em consideração os casos de aportuguesamento, a maior ou menor frequência com que o conjunto dessas obras opta por tais aportuguesamentos e a tendência geral dos mesmos. Sempre que possível, o GITP procurou aproveitar os aportuguesamentos já propostos a fim de evitar a proliferação de alternativas; nos casos em que havia mais do que um aportuguesamento, procurou optar pelo que era usado mais frequentemente. A filosofia subjacente a esta forma de proceder é, obviamente, que a aceitação ou não de uma solução ortográfica depende em grande medida da memória visual dos falantes de uma língua, e que a multiplicação de formas concorrentes mais não faria do que reduzir as probabilidades de que uma ou outra acabe por vingar.

III. UMA LISTA PRAGMÁTICA

Uma lista verdadeiramente coerente deveria, necessariamente, resultar no aportuguesamento exaustivo de todos os termos. Contra este objetivo perfeitamente lógico militaram argumentos de ordem **pragmática**: os princípios teóricos devem muitas vezes ceder a primazia às necessidades da comunicação quotidiana, e para esta é impossível não aceitar as exceções, as irregularidades e os estrangeirismos que entretanto se tenham imposto e façam parte integrante da língua ativa.

Para além dos **países** já referidos (Koweit, Taiwan), foram mantidos estrangeirismos para as **capitais** nos casos já plenamente consagrados pelo uso (Kiev, Minsk, Rabat, etc.), mas também nos casos em que se considerou que o aportuguesamento dificultaria o reconhecimento da forma original do termo (Vinduque por Windhoek, por exemplo); foram igualmente mantidos topónimos que correspondiam a antropónimos (Washington, Stanley, etc.) e muitos dos termos estrangeiros que não designam Estados soberanos e sim apenas territórios e dependências, por se considerar que o termo não tinha o mesmo peso jurídico que a designação oficial de um Estado.

Em compensação, e à exceção de Hong Kong, foram propostos **gentílicos** para todos os Estados e territórios constantes da lista. No caso específico dos gentílicos propostos, e tirando os casos já consagrados pelo uso ou que podiam ser criados por simples analogia com termos já habituais, procurou-se sempre encontrar termos que permitissem deduzir imediatamente o país de origem, pelo que eles se baseiam invariavelmente na forma (quase sempre) aportuguesada do topónimo.

Quanto às **moedas**, e à exceção daquelas que o uso já sedimentou no português (dólar, rublo, libra, lira, coroa, peso, iene, etc.), foram em geral conservadas as formas do inglês, língua internacional da finança; a grande exceção a assinalar neste contexto é a consagração de «iuane» para a unidade da moeda oficial da República Popular da China, atendendo à importância que entretanto assumiu à escala mundial e ao facto de que fontes credíveis utilizam já essa forma.

Para além da lista de países do Código, os resultados dos trabalhos do GITP alimentam a base de dados terminológica das instituições europeias (IATE), cujas entradas permitem igualmente o registo de formas alternativas e de uma série de notas explicativas.

Em complemento a esta lista fica o projeto de publicação de fichas específicas de países, descendo até às subentidades territoriais. A dinâmica da economia mundial refletida nos textos das instituições europeias sugere que se comece pelos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Essas listas serão também publicadas em próximos números d'«a folha».

IV. CONCLUSÃO

Os critérios que presidiram aos trabalhos do GITP e as listas que serão futuramente publicadas n'«a folha» serão seguramente objeto de controvérsia.

No lugar de alguns termos já relativamente familiares surgirão outros termos de ortografia aportuguesada. Muitos considerarão que o aportuguesamento foi longe demais, ou, inversamente, que não foi ainda suficientemente longe e que teria sido importante, no interesse da coerência, eliminar toda e qualquer forma de estrangeirismo.

A necessidade de contemporizar com as práticas já estabelecidas e universalmente seguidas tornaria muito difícil expulsar do português contemporâneo determinados estrangeirismos: será necessário dar tempo ao tempo para que um público mais informado tenha a ocasião de decidir da pertinência ou não de optar por soluções mais portuguesas; isso é muitíssimo mais fácil quando a terminologia não assentou ainda e se regista uma grande flutuação entre várias formas diferentes.

Posto isto, o trabalho do GITP não pode ter, nem tem, pretensões de exaustividade ou de maior correção do que outros trabalhos do mesmo género; é um trabalho em curso a utilizar num contexto específico e que sofrerá necessariamente adaptações e alterações ao longo dos anos. A sua principal vantagem é expor à apreciação do público os critérios seguidos, para inteirar o público interessado das questões em jogo e dos problemas surgidos e para lançar as bases de futuros trabalhos no mesmo domínio.

trad.pt-term@consilium.europa.eu
DGT-PT-TERM@ec.europa.eu
terminology-pt@eesc.europa.eu



Ainda as facultatividades do Acordo Ortográfico de 1990 **— algumas notas críticas**

José Paulo Vaz
Tribunal de Justiça

1. A base IV do Acordo Ortográfico de 1990⁽¹⁾ (AO) consagra um regime ortográfico facultativo quanto a determinados vocábulos, ou tipo de vocábulos. É um dos pontos mais frágeis do AO e que, só por si, permite pôr em causa a orientação científica que presidiu à nova «norma» ortográfica da Língua Portuguesa. Desde logo porque demonstrativo de que o AO falha redondamente o primeiro dos

⁽¹⁾ Portal da Língua Portuguesa — *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990*: «Base IV: Das sequências consonânticas», <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1990>.

objectivos que se propunha: a «unidade essencial da língua portuguesa». Objectivo, de resto, também desmentido pela circunstância de o Acordo não ter sido ratificado por todos os países signatários e por não se mostrar sequer cumprida a norma imperativa do artigo 2.º, o que torna, pelo menos, discutível, do ponto de vista jurídico, a sua entrada em vigor. Argumentos que certamente não convencem os fautores e defensores do Acordo: porque simplesmente os não convence nenhum. Num país que ainda há poucas décadas se compreendia como «império colonial», a «Lusofonia» — espaço de uma língua falada por mais de 200 milhões de falantes em quatro continentes, etc. — tornou-se num dogma ideológico que dificulta um debate racional.

2. A disposição em causa é o n.º 1, alínea c), da base IV do AO de 1990, que diz o seguinte:

«Conservam-se ou eliminam-se facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: aspecto e aspeto, cacto e cato, caracteres e carateres, dicção e dição; facto e fato, sector e setor; ceptro e cetro, concepção e conceção, corrupto e corruto, recepção e receção;»

A ideia de que a facultatividade aqui reconhecida é espacial, e portanto umas variantes são admitidas em Portugal e outras no Brasil, não encontra o mínimo apoio na letra da lei. O que a norma inequivocamente diz é que é facultativa a grafia das palavras quando a consoante se profere numa pronúncia culta ou quando oscila entre a prolação e o emudecimento. Note-se que a norma não diz que as consoantes se escrevem quando se pronunciam. Pelo contrário: conservam-se ou eliminam-se, facultativamente. Outras leituras desta norma, feitas por linguistas ou seja por quem for, são leituras *contra legem*, que visam corrigir a norma. Podem os linguistas não estar de acordo com o critério da alínea c) que enumera, exemplificativamente, os vocábulos sujeitos à regra da facultatividade. Mas uma lei não é um tratado de Linguística. As leis não vigoram pelos seus fundamentos, mas pelos seus comandos. Não é ao intérprete, por mais qualificado que seja na matéria, que cabe escolher a seu talante, dentre as grafias indicadas na norma, aquela que tem por conveniente, eliminando a outra. Por outras palavras, a facultatividade da ortografia, nos casos indicados na norma e em casos análogos, não é facultativa, mas obrigatória. É certo que esta facultatividade é um desastre do ponto de vista da língua, até por se tratar de uma norma aberta, pois a enumeração é meramente exemplificativa: por exemplo, *acepção* é inteiramente equivalente a *concepção*. E o problema ainda é mais grave se os instrumentos informáticos que aplicam o AO escolherem preferencialmente as variantes brasileiras, como tem sido o caso. De resto, o problema das facultatividades é inócuo para os brasileiros, que praticamente nada alteraram à sua ortografia e que ignoram as variantes portuguesas dos vocábulos, como se constata por uma consulta ao *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*⁽²⁾ (VOLP) da responsabilidade da Academia Brasileira de Letras. O que seria correcto, isso sim, porque é inteiramente legal e minimizaria os prejuízos causados à Língua Portuguesa, seria pelo menos escolher as variantes admitidas que conservam as consoantes etimológicas que interferem na pronúncia das vogais **a**, **e** e **o**.

Os casos de facultatividade previstos no n.º 2 da base IV levam estas considerações ao absurdo: a simples possibilidade de eliminar o **t** em aritmética é uma demonstração aritmética de insanidade. No entanto, é esta insanidade que está prevista no AO de 1990.

A questão das facultatividades não tem sido bem compreendida e está longe de encerrada. Não tem razão o Paulo Correia no artigo publicado neste boletim, n.º 33, «duplas grafias», onde considera que os casos de «toiro/touro» e «síndroma/síndrome» são de dupla grafia. Não são. São duplas morfologias, porque as palavras têm o mesmo referente, mas pronunciam-se e escrevem-se de maneira diferente. Essa diferenciação era claramente feita pelos autores do Acordo Ortográfico de 1945⁽³⁾, onde se lê:

⁽²⁾ Portal da Língua Portuguesa — *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/vop.html>.

⁽³⁾ Portal da Língua Portuguesa — *Acordo Ortográfico de 1945*, <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1945>.

Não se consentem grafias duplas ou facultativas. Cada palavra da língua portuguesa terá uma grafia única. Não se consideram grafias duplas as variantes fonéticas e morfológicas de uma mesma palavra.

Os autores do Acordo Ortográfico de 1945, uma plêiade de linguistas dotados de um imenso e sólido saber filológico, entre os quais se destaca o nome do insigne Prof. Francisco da Luz Rebelo Gonçalves, souberam diferenciar situações distintas, conferindo coerência — que agora totalmente falta — à norma ortográfica portuguesa.

3. A justificação que os autores do AO encontraram para este regime é desconcertante: «*Torna-se, porém, praticamente impossível enunciar uma regra clara e abrangente dos casos em que há oscilação entre o emudecimento e a prolação daquelas consoantes*» (4.4 das Notas Explicativas). Se não era possível formular uma regra clara do ponto de vista fonético, era absolutamente lógico manter o critério etimológico. Também neste ponto o AO é completamente incoerente.

Mas o regime das facultatividades e a opção fonética do AO não têm propriamente uma justificação científica ou um fundamento na história da língua, pois exprimem antes uma opção ideológica que não podemos silenciar: o seu intuito confesso de eliminar da Língua Portuguesa as consoantes não articuladas. E a esse propósito as notas explicativas do AO são inteiramente eloquentes: «É o critério da pronúncia que determina, aliás, a supressão gráfica das consoantes mudas ou não articuladas, que se têm conservado na ortografia lusitana essencialmente por razões de ordem etimológica». E as notas explicativas do AO — cuja responsabilidade, pela parte portuguesa, recai sobre o Prof. Malaca Casteleiro (autor do contestado dicionário da Academia, que, segundo os especialistas, encolheu a Língua Portuguesa, eliminando cerca de 30 000 palavras) — permitem-nos ir mais longe na compreensão deste problema: «A divergência de grafias existente neste domínio entre a norma lusitana, que *teimosamente* conserva consoantes que não se articulam em todo o domínio geográfico da língua portuguesa, e a norma brasileira, que há muito suprimiu tais consoantes, é incompreensível para os lusitanistas estrangeiros.» A afirmação é infame, desde logo, porque não é verdadeira: a manutenção de certas consoantes não articuladas correspondia ao rigoroso cumprimento do AO de 1945. Pelo contrário, o AO de 1945, apesar de ser uma convenção internacional plenamente em vigor, foi abolido no Brasil, em 1955, por decreto do Presidente Café Filho⁽⁴⁾, sendo reposta a ortografia anterior. Mas esta afirmação explica o critério fonético do AO de 1990: a cedência ao Brasil. É isso que explica — e só isso explica — que o AO de 1990 possa ter entrado em vigor sem a ratificação dos demais países de língua oficial portuguesa, situação que só desfavorece e desprestigia Portugal, pois Angola já indicou que não ratificará o Acordo. Há no AO de 1990, simultaneamente, servilismo e ignorância relativamente ao Brasil. Pois o diálogo luso-brasileiro é em grande parte um diálogo assimétrico. Ele situa-se num eixo que Eduardo Lourenço qualificou lapidarmente: «ressentimento e delírio». A maneira como nós vemos o Português é própria de um povo que fala e sempre falou a sua própria língua e a difundiu pelo mundo, o mundo de um «império» que no plano mítico-ideológico parece não ter terminado ainda. No Brasil, o Português é a língua do colonizador. Não é, portanto, a mesma, nem poderia ser, a visão da «língua comum», pois os brasileiros parecem sobretudo interessados em acentuar divergências, quer na ortografia quer na sintaxe, afastando-se, muitas vezes conscientemente, da norma culta, procurando factores de diferenciação específica. O próprio preconceito brasileiro relativamente aos falares portugueses — que se reflecte na legendagem de tudo o que é português no Brasil e, no plano da escrita, na tradução de livros ou de notícias de jornais portugueses — revela que não será com servilismos e subterfúgios pseudocientíficos que só nos envergonham que se encetará um diálogo cultural verdadeiro, frutuoso e fraterno com o Brasil e se defenderá a «unidade intercontinental da Língua Portuguesa». O Acordo Ortográfico de 1990, que não unifica a ortografia e a distorce de forma inaceitável para uma das partes, em nada contribui para esse objectivo. Em vez de se procurar tornar igual o que é diferente, seria bem mais inteligente explicar e ensinar as diferenças, mantendo-as por cima dos preconceitos.

⁽⁴⁾ Câmara dos Deputados — Lei nº 2.623, de 21 de Outubro de 1955, <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2623-21-outubro-1955-361163-publicacaooriginal-1-pl.html>.

4. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, de 25 de Janeiro, entregou ao Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) — típico exemplo de associação inteiramente privada que prossegue fins inteiramente públicos e é financiada com dinheiro do Estado através de fundações — a execução do AO de 1990, finalidade que prossegue com instrumentos *online*, como o Portal da Língua Portuguesa⁽⁵⁾, o Vocabulário Ortográfico Português⁽⁶⁾ (VOP) e o programa Lince⁽⁷⁾. Como hoje quem escreve utiliza programas informáticos que procedem a uma filtragem electrónica automática, os tarefeiros do ILTEC tornaram-se nos donos da Língua Portuguesa, arrogando-se até o direito de fazer opções ilegais, eliminando a grafia de palavras — como «ceptro» — que segundo a lei têm ortografia facultativa e devem portanto constar de qualquer dicionário competente. A sanha anti-consonântica e anti-etimológica do ILTEC leva mesmo o Portal da Língua Portuguesa a eliminar palavras do léxico técnico-científico, como é o caso de *consumpção*, termo técnico da ciência jurídica que exprime uma situação particular, ideal ou real, do concurso de normas. Neste caso o *p* pronuncia-se, mas o vocábulo foi eliminado, consumido num vórtice de preconceitos pseudocientíficos.

5. Conclusão: a reforma ortográfica da Língua Portuguesa levada a cabo pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011⁽⁸⁾ e que forçou — ilegalmente, na minha perspectiva — a entrada em vigor, em Portugal, do AO de 1990, nada trouxe de positivo à escrita da Língua Portuguesa, à didáctica do Português ou à forma como compreendemos e nos compreendemos diante da nossa língua milenar. Pelo contrário: as manifestas deficiências, incoerências, e até dislates científicos, do AO de 1990 e ainda mais das suas notas explicativas mancham indelevelmente este regime ortográfico e sobretudo os seus autores, como demonstrei à saciedade neste breve artigo em matéria de facultatividades. Mas a questão das facultatividades nem é o ponto mais grave: outros como homografia [tornando iguais palavras totalmente diferentes como espe[c]tador/espetador ou retra[c]tar/retratar, ente muitas outras], hifenização, incoerência ortográfica das famílias de palavras (como Egito/egípcio) perda de diacríticos absolutamente necessários — como o acento em «alto e p[a]ra o baile», devem levar ao repúdio, em bloco, do regime ortográfico actualmente em «vigor» e, como é óbvio, à sua revogação. A tudo isto acresce que o rotundo incumprimento do comando do artigo 2.º do AO — que manda elaborar um Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa — **até 1 de Janeiro de 1993** — causará danos evidentes à terminologia técnica, científica e filosófica portuguesa e a todas as formas de utilização culta da língua.

Um só aspecto do AO é francamente positivo: é que o AO não é obrigatório! Na falta de uma norma equivalente à do artigo 3.º do AO de 1945, o AO de 1990 não tem força normativa fora das repartições e serviços oficiais. Os autores do AO acreditam tão pouco neles próprios que nem ousaram criar uma ortografia — foram afinal coerentes, na sua incoerência. Nem sequer viram que uma ortografia que não é obrigatória, não é ortografia... Uma lei que não se considera a si própria obrigatória não parece merecer grande respeito. E é com esta nota pessoal que termino estas breves notas críticas, que gostaria de dedicar a todos os que, em Portugal e no estrangeiro, resistem à nova ortografia: vou continuar a escrever e a publicar em português, em Portugal ou no estrangeiro, com a ortografia que considero correcta, que não é seguramente a do AO de 1990. É o que fazem em Portugal muitos

⁽⁵⁾ Portal da Língua Portuguesa — <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/main.html>.

⁽⁶⁾ Portal da Língua Portuguesa — *Vocabulário Ortográfico do Português*, <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/vop.html>

⁽⁷⁾ Portal da Língua Portuguesa — *Lince: conversor para a nova ortografia*, <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/lince.html>

⁽⁸⁾ Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 17, 25.1.2011, <http://dre.pt/pdf1sdip/2011/01/01700/0048800489.pdf>.

escritores, jornalistas e editores, para já não falar de todos aqueles que, sem publicarem, fazem uma utilização quotidiana da língua: sigamos o seu exemplo de resistência e de coragem cívica.

Jose_Paulo.Vaz@curia.europa.eu



De como pode ser útil viajar no autocarro entre Faro e Lisboa

Luís Filipe PL Sabino

Antigo funcionário — Comissão Europeia; Comité Económico e Social Europeu-Comité das Regiões

...A agente Sandra T. entreabriu a porta do meu gabinete e perguntou: Inspetor, sabe dos resultados da autópsia? Que não, que não sabia. Disse eu. Olha, pergunta ao Vítor M. que esteve com os científicos e já deve saber o que se passou. E a Sandra: mas inspetor, o Vítor está no Porto em diligência relacionada com o homicídio do tal comerciante de Antuérpia⁽¹⁾ e não regressa tão cedo. E eu: ah, não me lembrava. Olha Sandra, faz-me lá um favor, telefona à embaixada da Suécia para saber se já chegou o Kurt Wallander e diz à inspetora Emília P. que marque uma reunião com ele para ver esse caso do português desaparecido em Ystad, porque a família não nos larga e a coisa complica-se. A Sandra: seria melhor pedir à subinspetora Isabel V. que vá lá com a agente Gambino e com a agente Ana C. L. porque elas têm acompanhado o assunto e estiveram na Suécia na semana passada. Eu: bom, *d'ac!* Elas que me mantenham ao corrente.

O telefone. Era a Maria José R.: Chefe, o juiz de instrução quer falar consigo. Parece que a coisa está escura porque o tipo do assalto ao banco B. diz que foi agredido pelo agente Valente e quer meter nisto a embaixada.

Eu: o gajo que se lixe. Diz ao juiz que estou em serviço no exterior e ele que fale com inspetor Silveira ou com a agente Cristina P. que está encarregada do caso. Olha, Maria José diz à Helena L. M. e à Gabriela que venham cá e que me tragam os documentos do 335/08 para revermos as coisas e que se informem sobre a atuação da brigada cinotécnica no caso de estupefacientes em V. Ouve lá ainda: o teu marido é fotógrafo, não é? Ele estava no comboio quando mataram aquelas crianças que vinham da escola, não estava? Sabes se ainda tem algumas fotos disso?

A Maria José: ok! Creio que sim. Ele falou-me numa imagem um pouco difusa onde figura um tipo estranho a olhar para as crianças. Pode ser que tenha interesse para a investigação. Hoje de manhã recebemos por correio, para si e sem remetente, uma foto da estação ferroviária de Bolonha, em Itália, com uma data: 2 de agosto de 1980. Isto diz-lhe alguma coisa? Vou ver o que me pediu e se o entender entrego tudo ao agente Matias. Mas tenho de telefonar antes à T. Almeida do laboratório.

Eu: Bolonha...? Sim, houve um atentado nesse dia, altura em que ali estive em serviço. Nunca mais esqueci. Estava um calor dos diabos e aquilo foi terrível! Vamos reexaminar a questão... Que dia! Os tipos não me largam! E este tempo! Trovoadas⁽²⁾. Onde estará a M.? Possivelmente foi para a Argentina... tem lá família, pelo menos foi o que me disse (?) quando saiu de casa. Os nossos filhos ficaram com os avós. Passei maus momentos. Refugiei-me no trabalho e nos livros. Li os Bernie Gunther numa semana. Reencontrei a Adriana, agora a viver em Roterdão. Fomos a Berlim (sugestão «Berlin Noir»?), encontrei a colega de Lyon, a Catherine H., ali em serviço da Interpol, alojada no NH

⁽¹⁾ Ver «Après-midi en forêt» in «a folha», n.º 27 — verão de 2008,

http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha27_pt.pdf.

⁽²⁾ Fernando Lopes-Graça — *Três Esconjuros*: «I. contra os maus encontros; II. contra os maridos transviados; III. contra as trovoadas».

Alexanderplatz onde eu estava. Os anos haviam passado sobre ela... O marido, capitão na força aérea francesa, perecera em circunstâncias obscuras no Chade.

[*Texto encontrado num autocarro no trajeto Faro-Lisboa, que partiu de Faro às 06h15, sendo o preço de bilhete inteiro de ida/volta 36,00€ (havendo tarifas diferenciadas para jovem/estudante, 3.ª idade, militar, e em função dos dias da semana, etc.*⁽³⁾). Segundo parece, foi uma pessoa pelos trinta que dele se esqueceu ou desinteressou e que foi recolhido por outra pessoa pelos 20 e tais, de aspeto rústico e que tinha na mão um pequeno cinzeiro; deixa-se aqui o texto apenas como curiosidade e prova indiciária de que escritores em gestação também utilizam autocarros Faro-Lisboa.]

Bom, mas o que interessa agora são algumas redações que vi por aí.

1. Assim, no título Decisão do Conselho, de 24 de setembro de 2012, relativa à assinatura, em nome da União, do Acordo de cooperação aduaneira entre a União Europeia e o Canadá no que diz respeito a questões relacionadas com a segurança da cadeia de abastecimento (2012/643/UE)⁽⁴⁾ podíamos suprimir o trecho sublinhado, pondo simplesmente sobre, assim se reduzindo a longitude do mesmo. Claro, que esta minha obsessão, à beira de «possuir uma anomalia psíquica» (v. *infra*), pelas frases e enunciados legais curtos, concisos, etc. nem sempre pode triunfar⁽⁵⁾.

2. E porque (?) se insiste na redação (sublinhada) decalcada do estrangeiro (FR: *lorsqu'elle est amenée à adopter des actes*) no segmento seguinte:

«A posição a adotar pela União no Comité Misto de Cooperação Aduaneira UE-Canadá (CMCA), quando for chamada a adotar atos que produzam efeitos jurídicos, deverá ser decidida em conformidade com o procedimento previsto no artigo (...)».

Parece-me que seria «melhor» dizer: «...quando tiver de adotar...» ou, ainda «melhor», «...quando adotar...».

3. Há ainda o uso do verbo possuir⁽⁶⁾ a que já se tem dado relevo. Parece que, desde há uns anos, só se *possui* não se *tem*. Assim, num concurso numa entidade em Portugal exige-se ao candidato — «possuir até 35 anos de idade». E no decreto-lei n.º 9/2002, de 24 de janeiro⁽⁷⁾, no artigo 2.º —

⁽³⁾ Comprovando, claro, a qualidade invocada ou o dia da viagem; para prova do dia da viagem o funcionário da transportadora não se contenta com a declaração do interessado: como por exemplo eu dizer que quero um bilhete para hoje sexta-feira; o funcionário por regra não acredita. Por cautela, levar consigo um calendário com foto de S.S. Bento XVI ou da Mary Poppins e talvez isso satisfaça o burocrata no guichê... A vida tem destas coisas...Muitas vezes o setor privado é mais burocrata do que o público... Mas, em ambos há sempre um pequeno chefe, atrás do balcão ou do guichê, que nos pode engatar tudo...

⁽⁴⁾ Decisão do Conselho, de 24 de setembro de 2012, relativa à assinatura, em nome da União, do Acordo de cooperação aduaneira entre a União Europeia e o Canadá no que diz respeito a questões relacionadas com a segurança da cadeia de abastecimento, JO L 287 de 18.10.2012,

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:287:0001:01:PT:HTML>.

⁽⁵⁾ É o que ocorre neste título, para mim, de resto, tão complicado como o libreto de uma ópera, aqui sem trações, assassínios com veneno ou com adaga e outras maldades: «Regulamento (UE) 899/2012 da Comissão, de 21 de setembro de 2012, que altera os anexos II e III do Regulamento (CE) 396/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere aos limites máximos de resíduos de acefato, alacloro, anilazina, azocicloestanho, benfuracarbe, butilato, captafol, carbaril, carbofurão, carbossulfão, clorfenapir, clortal-dimetilo, clortiamida, ci-hexaestanho, diazinão, diclobenil, dicofol, dimetipina, diniconazol, dissulfotão, fenitrotião, flufenzina, furatiocarbe, hexaconazol, lactofena, mepronil, metamidofos, metoprena, monocrotofos, monurão, oxicarboxina, oxidemetão-metilo, paratão-metilo, forato, fosadona, procimidona, profenofos, propacloro, quincloraque, quintozeno, tolilfluanaida, triclorfão, tridemorfé e trifluralina no interior e à superfície de certos produtos e que altera o referido regulamento a fim de estabelecer o seu anexo V tendo em vista a criação de uma lista dos valores por defeito», <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:273:0001:0075:PT:PDF>.

⁽⁶⁾ Ver *inter alia*, «Continental Airlines 61» in «a folha» n.º 22 — verão de 2006,

http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha22_pt.pdf, e «A Prima Idalina» in «a folha» n.º 27 — primavera de 2007, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha27_pt.pdf.

⁽⁷⁾ Decreto-Lei n.º 9/2002 de 24 de janeiro que estabelece restrições à venda e consumo de bebidas alcoólicas e altera os Decretos-Leis n.ºs 122/79, de 8 de maio, 252/86, de 25 de agosto, 168/97, de 4 de junho, e 370/99, de 18 de setembro, *Diário da República*, 1.ª série-A, n.º 20, 24.1.2002, <http://www.dre.pt/pdf1s/2002/01/020A00/04830486.pdf>.

restrições à venda e ao consumo de bebidas alcoólicas — preceitua-se a interdição «a quem... aparente possuir anomalia psíquica.»

4. Será que, impercetivelmente, se faz, como no Direito, uma distinção entre a posse e a propriedade? O que seria «politicamente correto»... Ou seja: as pessoas não têm, não são proprietárias nem de idade, nem de anomalias psíquicas, etc. Elas têm apenas a posse (artigo 1251.º do Código Civil Português; a *possession* no Direito FR), o que é menos profundo e mais transitório...

5. Ainda outra observação. Na decisão da Comissão de 29 de outubro de 2012 sobre disponibilização da assistência macrofinanceira da UE à Bósnia-Herzegovina⁽⁸⁾, porquê utilizar o substantivo «disponibilização», que ali não faz falta? Muito simplesmente poderia dizer-se «(...) sobre assistência macrofinanceira (...)», como aliás figura na decisão de base (a 2009/891/CE)⁽⁹⁾. É certo que há a concessão de assistência e o pôr esta à disposição da beneficiária, mas, mesmo assim, procede o que deixo dito.

E , em vez de

«... O período de disponibilização deve ser prorrogado por um ano, a fim de permitir a conclusão do programa de assistência financeira.»

sempre se poderia dizer:

«A fim de permitir a conclusão do programa de assistência financeira, esta é prorrogada por um ano.»

Ou

«Para efeitos de conclusão do programa de assistência financeira, esta é prorrogada por um ano.»

6. É verdade que talvez nada disto seja fundamental; apenas pretendo contribuir, com pequenos passos (na senda dos *petits pas* de Monnet-Schuman...) para a campanha «Redigir com clareza» (*seja breve e claro*)⁽¹⁰⁾ que a Comissão tem promovido.

7. No anexo à Portaria n.º 345/2012, de 27 de outubro⁽¹¹⁾, consta uma forma de tratamento que, salvo melhor opinião, já devia ter sido afastada. Diz-se ali, no preâmbulo do modelo de requerimento a apresentar para os efeitos da Portaria:

«Anexo
(a que se refere o artigo 2.º)
REQUERIMENTO
Senhor Secretário de Estado do Desporto e Juventude,
Excelência
...»

⁽⁸⁾ Decisão da Comissão de 29 de outubro de 2012 relativa à prorrogação do período de disponibilização da assistência macrofinanceira da União Europeia à Bósnia-Herzegovina, JO L 302 de 31.10.2012, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:302:0013:0013:PT:PDF>.

⁽⁹⁾ Decisão do Conselho de 30 de novembro de 2009 que concede assistência macrofinanceira à Bósnia-Herzegovina, JO L 320 de 5.12.2009, <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:320:0006:0008:PT:PDF>.

⁽¹⁰⁾ Comissão Europeia — *Redigir com Clareza*, http://ec.europa.eu/translation/writing/clear_writing/how_to_write_clearly_pt.pdf.

⁽¹¹⁾ Portaria n.º 345/2012 de 29 de outubro que aprova o modelo de requerimento que deve ser utilizado no pedido de atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva, *Diário da República*, 1.ª série, n.º 209, 29.10.2012, <http://dre.pt/pdf1sdip/2011/01/01700/0048800489.pdf>.

Porquê «Excelência»? Parece-me que basta o «Senhor Secretário», ou até simplesmente e mais corretamente, «Secretário(a) de Estado...» etc., ficando tudo assim igualmente muito respeitador⁽¹²⁾. Há nesta área múltiplas regras consuetudinárias e/ou consagradas na lei⁽¹³⁾, que não quero nem posso postergar; mas aqui fica um alvitre atento, venerador e obrigado.

8. Já agora, um curto apontamento gastronómico do dia a dia. As *gambas al ajillo* têm dado no setor *horeca* português *gambas ao guillho*, *gambas ao guilo*, *gambas ao gilho*, etc., conforme a inspiração do momento. E a *soupe paysanne* tem dado, i.a., sopa paisana...

luis.f.sabino@gmail.com



Petiscos de Tradução

O verbo e a ordem dos componentes da frase, sistema solar da língua portuguesa

José Frederico Ceia Nobre Soares
Conselho da União Europeia

No início de cada curso de português na Universidade de Humboldt, em Berlim, o professor insistia logo em duas das principais diferenças de pronúncia e de estrutura:

- *O senhor fala português?*
- *Zime.*
- *A senhora é alemã?*
- *Zime.*

A estas respostas, seguia-se uma série de insistentes exercícios vocais até os alunos conseguirem articular bem os fonemas portugueses mais sujeitos à interferência do alemão: [sĩ] *Zime*, *ssim(e)*, *ssĩ*, *sĩ*, *sim*.

Uma vez conseguida a pronúncia, passava à estrutura:

- *O senhor fala português? A senhora é alemã?*
- *Ssĩ*, — *sim*.
- Ora bem, não! Agora que já sabem pronunciar a palavra SIM, devo dizer-lhes que a resposta não está totalmente correcta. Os portugueses respondem afirmativamente a este tipo de perguntas com o verbo, em forma de eco:
- *O senhor fala português? — Falo.*
- *A senhora é alemã? — Sou.*
- *Fizeram os trabalhos de casa? — Fizemos.*

⁽¹²⁾ Com interesse, ver Sociedade da Língua Portuguesa — *Questões da Língua*, <http://www.slp.pt/quest.php> (entrada: «Conversas Radiofónicas: Pronomes de tratamento», http://www.slp.pt/Variavel/Pronomes_tratamento.html).

⁽¹³⁾ A título ilustrativo, ver Compenditur: Departamento de Recursos Didáticos — *Curso de Protocolo e Cerimónia*, http://portal.iefp.pt/xeobd/attachfileu.jsp?look_parentBoui=22526164&att_display=n&att_download=y.

Com esta historietta anedotal, pretendo chamar a atenção dos leitores para uma das facetas mais interessantes da gramática portuguesa, que é a posição verdadeiramente central que o verbo ocupa nos enunciados orais (discurso) ou escritos (texto).

Essa centralidade não decorre apenas da particularidade acima focada, apesar de bem característica. É também visível, e quiçá com mais clareza, noutras propriedades também muito características e *sui generis*, dado o impacto que têm na estrutura e na própria alma da língua. E é tanto mais assim quanto o sistema verbal português tem, além das propriedades ditas 'universais', numerosas características próprias que o diferenciam muito das de outras línguas:

- O verbo apresenta uma extraordinária variedade de formas conjugadas (número, tempo, modo e aspecto);
- nessas formas, a informação semântica é acentuadamente condensada no conjunto | RADICAL + DESINÊNCIAS | (*falo, partias, fizemos, dissessem, tratar, reduzido*);
- é correntemente usado nas respostas afirmativas em eco, em lugar de SIM;
- tem uma estrutura muito ramificada e expressiva para o aspecto verbal, a que chamamos construção perifrástica;
- a forma passiva pode ser construída de várias formas, cujo significado varia conforme o auxiliar utilizado (*ser, estar, ficar*; VERBO + *-SE*);
- o infinitivo pode ser flexionado, ocorrendo em frequente substituição de orações subordinadas;
- o verbo da frase principal pode condicionar o modo em que é conjugado o verbo da frase subordinada (conjuntivo, infinitivo);
- o verbo é frequentemente substrato derivacional de substantivos e adjectivos (*colocar-colocação, deduzir-deduzível/dedutível*);

e sobretudo

- o verbo condiciona a ordem dos restantes componentes da frase — sujeito, objecto directo, objecto indirecto, agente da passiva, qualificadores, complementos circunstanciais.

A este respeito, podemos afirmar que o verbo tem uma função nuclear na sintaxe portuguesa e, recorrendo à imagem de um sistema solar sintáctico, postular que funciona como um sol com maior ou menor força de gravidade sobre os vários componentes da frase. Esta afirmação deve ser vista como o algoritmo básico, a posição "por defeito". Vamos também postular que, havendo várias 'liberdades', ou opções possíveis, na construção das frases, a todas elas subjaz que os vários componentes não são aleatoriamente colocados na frase, e que tanto a ordem da sua colocação como a eventual alteração desta ordem obedecem a regras⁽¹⁾.

Antes de mais, é preciso ter em consideração que esta problemática não é estudada por nenhuma das gramáticas tradicionais ou prescritivas. Entramos, pois, num campo em que a sistematização ainda não está feita, pelo que os leitores me deverão conceder um pouco de paciência e compreensão. E teremos de adaptar a metáfora da força gravitacional à dimensão plana em que se desenrolam os enunciados.

Os enunciados, quer orais quer escritos, desenrolam-se em cadeia linear, não em estrutura espacial a três dimensões. Não há possibilidade de colocar os complementos acima, abaixo, por trás, por diante, à esquerda ou à direita uns dos outros. Os elementos do enunciado têm de ser pronunciados uns a seguir aos outros numa fita de tempo, ou escritos uns a seguir aos outros da esquerda para a direita (na convenção ocidental). O conteúdo semântico e a lógica do seu encadeamento são dados, portanto, pela adequada escolha lexical e pelo correcto sequenciamento dos componentes — a articulação sintáctica.

Ora bem, se falamos de articulação sintáctica e de ordem dos componentes da frase, temos que nos perguntar então quais são esses componentes da frase. Vejamos primeiro os principais:

⁽¹⁾ Utilizo o termo "frase" para designar conjuntos que correspondem a orações principais, mais ou menos extensas, eventualmente com orações encaixadas (em posição de complementos, ou seja, relativas ou integrantes). Utilizarei o termo "período" quando se tratar de conjuntos maiores, com várias orações interligadas mas não encaixadas (ou seja, compostos por oração principal, oração coordenada, oração subordinada, etc).

I. OS COMPONENTES PRINCIPAIS DA FRASE

As frases da língua constroem-se a partir de uma matriz fundamental — sujeito, predicado e complementos.

{ QUEM | FAZ | O QUÊ | A QUEM | COMO | ONDE | QUANDO | (outros) }

(1) *(O representante da Comissão) **apresentou** (um relatório) (ao Presidente) (de forma abreviada) (na reunião do Conselho Europeu) (em Outubro de 2011)*⁽²⁾.

| SUJEITO + VERBO + OBJ. DIR. + OBJ. IND. + COMPL. MODO + COMPL. LUGAR + COMPL. TEMPO |

Esta matriz, a que chamaremos ordem directa, pode ser mais ou menos completa:

- os enunciados, as frases, da língua não exigem sempre os mesmos elementos, isto é, tanto o sujeito como os complementos podem ocorrer ou não, e além dos acima indicados podem estar presentes outros complementos ainda (instrumento, finalidade, exclusão, dúvida, negação, etc.);
- os enunciados, as frases, articulam-se sempre em torno de uma ACÇÃO, quer seja expressa por um verbo ou por um substantivo, quer esteja subentendida;
- o sujeito e os complementos são mais ou menos longos, por um fenómeno de extensão, pois cada um deles pode ser formado por uma ou por várias palavras ou até mesmo incluir orações,
- a matriz da ordem directa pode ser objecto de transformações (p. ex. a inversão sujeito-predicado, a construção passiva, a negação, a topicalidade no início de frase, a intercalação).

Verificamos assim que os vários componentes principais não surgem sempre na sequência matricial acima indicada. Mas então o que é que determina o seu maior ou menor afastamento do centro do sistema, do verbo?

Hipótese simples

De um ponto de vista prático, podemos dizer à primeira vista que **é a maior ou menor extensão de cada complemento dependente do verbo.**

Na frase (1), os vários complementos dependentes do verbo têm uma dimensão equivalente e portanto seguem a sequência ideal — sujeito, verbo, objecto directo, objecto indirecto e complementos circunstanciais de modo, de lugar e de tempo.

Porém, logo que um dos complementos assume uma dimensão claramente diferente da de outros, passa a sofrer uma força de gravidade diferente e a ter de estar mais próximo do verbo:

(1a) *(O representante da Comissão) **apresentou**-(lhe) (ontem) (o relatório) (na reunião do Conselho Europeu).*

| SUJEITO + VERBO + OBJ. IND. + OBJ. DIR. + COMPL. LUGAR |

Esta influência da diferente dimensão também se verifica na ordem inversa (VERBO-SUJEITO) e na construção passiva:

(1b) ***Foi discutido** (ontem) (o relatório do representante da Comissão).*

| VERBO + COMPL. TEMPO + SUJEITO COMPLEXO |

(1c) *(O relatório anual) **foi apresentado** (por mim) (ao Conselho) (em Outubro de 2011).*

| SUJEITO + VERBO + AGENTE PASS. + OBJ. IND. + COMPL. TEMPO |

(1d) *(O relatório) **foi apresentado** (ao Conselho) (pelo representante da Comissão) (em Outubro de 2011).*

| SUJEITO + VERBO + AGENTE PASS. + OBJ. IND. + COMPL. TEMPO |

Concluimos portanto que o verbo atrai a si os complementos por ordem de grandeza ou complexidade, em que os mais curtos estão mais perto do verbo, e os mais longos e complexos mais afastados do verbo.

⁽²⁾ Para facilitar a consulta das frases de exemplo, elas vão numeradas em sequência crescente. Os parênteses simples marcam graficamente os vários componentes principais.

Hipótese menos simples, mas mais verdadeira

Há, porém, outros níveis a ter em consideração:

Cada um destes componentes principais pode ser simples ou complexo. Pode ser formado por uma só palavra, por um ou mais sintagmas ou até mesmo incluir orações.

A pergunta que se impõe agora é — se houver componentes principais tornados complexos por extensão, mantém-se essa força gravitacional, de atracção? Sim.

O postulado geral de que o verbo atrai a si os componentes principais (complementos) por ordem de grandeza ou complexidade mantém-se:

(1e) *(O funcionário que substituiu o representante habitual da Comissão) vai começar a apresentar (agora) (ao Presidente do Grupo) (o relatório intercalar desta política sectorial) (como introdução à sua futura discussão na reunião do Conselho Europeu em Outubro de 2011).*

| SUJEITO + VERBO + COMPL. TEMPO + OBJ. IND. + OBJ. DIR. + COMPL. MODO |

Mas, num sistema solar, não há só planetas principais em torno da estrela que os comanda, também há satélites em torno desses planetas e ainda outros corpos celestes. Por analogia, portanto, **se cada um dos componentes principais da frase pode ser alargado e tornado complexo, isso significa que, dentro deles, os elementos constituintes têm comportamentos próprios**. Seguem estes a mesma lógica simples de atracção que os componentes principais em relação ao verbo? Não. **Dentro dos componentes principais, há restrições a respeitar e, como veremos mais adiante, atracções secundárias**.

II. OS CONSTITUINTES DOS COMPONENTES PRINCIPAIS

a) Os que não causam problemas

Se os componentes principais forem compostos de simples unidades lexicais (*eu, todos, ninguém, Lisboa, lhes, ontem, aí*), estamos situados directamente na matriz e, salvo circunstâncias excepcionais, não nos defrontamos com problemas de sequenciamento:

(2) *Lisboa causou-lhe problemas e cansou-o muito.*

Muito mais corrente é a situação em que os componentes principais são formados por mais de uma unidade lexical, o que pode ir desde um simples sintagma nominal (SN) | ART. + NOME | (*o brinquedo*), até SN mais extensos: p. ex. aditando um sintagma preposicional (SP) | PREP. + NOME | (*de plástico*), ou incluindo uma oração encaixada | SN + SP + RELAT. | (*o brinquedo de plástico que eu comprei nos saldos ontem ao fim da tarde*). Nestas situações, a esmagadora maioria dos falantes também não tem problemas com o posicionamento dos constituintes dos componentes principais (*o João, o Conselho, a gente, a competitividade // o livro interessante, o livro de pano, o livro do Pedro // o livro interessante do Pedro // os mercados muito competitivos*):

Porém (há sempre um grande porém, não é verdade?), esta possibilidade de estender, de alargar, os componentes não é infinita, nem aleatória. Está sujeita a regras, a que vou chamar **restrições** (algumas são tão básicas que os falantes nunca pensam nelas, tão óbvias lhes parecem). Temos assim que o artigo precede sempre o substantivo, o adjectivo vem normalmente depois do substantivo, o adjectivo pode ser qualificado por advérbio, a posição do adjectivo pode ser ocupada por um SP, etc. Não é necessário, pois, tecer aqui considerações sobre **os casos que não suscitam problemas**, por muito numerosas que sejam as suas ocorrências.

b) Os que causam problemas

É necessário, isso sim, focar os casos em que de facto há problemas. E como ilustração, aqui temos alguns para já, mais ou menos anedóticos⁽³⁾⁽⁴⁾:

- (3) **(fraldas para crianças) descartáveis* — [*disposable nappies for babies*]
- (4) **(pensão de viúva) dinamarquesa* — [*Danish widow's pension*]
- (5) **os (brinquedos do Joãozinho) de plástico* — [*Johnny's plastic toys*]
- (6) **a (colocação no mercado) dos produtos* — [*the marketing of products*]
- (7) **as (uniões de facto) registadas* — [*registered partnerships*]
- (8) **defendeu que uma eventual (concessão a privados) da RTP é inconstitucional*

Em todos estes exemplos, há violação da ordem dos sintagmas constituintes de um componente principal.

Mas nem todos os casos exemplificados são do mesmo género, nem estes exemplos são exaustivos. Tentemos agrupar os casos problemáticos por tipos:

i) Sintagmas nominais com vários adjetivos

Um SN pode conter vários adjetivos. Estes podem ser qualificadores em pé de igualdade (*Um livro grande, caro, interessante, raro, (e) ...*), o que permite sequências abertas ou em forma de enumeração. Neste caso, como todos os adjetivos estão em igualdade, a ordem deles é aleatória depois do substantivo, excepto por considerações de estilo ou eufonia.

A este respeito, porém, o português tem uma particularidade especial. Quando o adjetivo tem a valência <APRECIÇÃO SUBJECTIVA> a par da valência <SIGNIFICADO OBJECTIVO>, coloca-se antes do substantivo para exprimir a subjectividade e depois do substantivo para exprimir a objectividade: (*meu rico menino, menino rico; pobre homem, homem pobre*). Nos extremos desta possibilidade, há um pequeno número em que a subjectividade da posição anterior se transforma em valência diferente (*alto funcionário, homem alto; grande nação, país grande*), e uma maioria em que a ausência de apreciação subjectiva impede a sua colocação antes do substantivo (*superfície hexagonal, relatório intercalar*).

Mas os adjetivos também podem ser qualificadores 'algébricos', em que cada um qualifica todo o grupo SN que o precede:

- (9) *((Conselho Executivo) Estratégico) Conjunto* — [*(Joint (Strategic (Executive Council)))*].

Neste segundo caso, temos de atender muito bem ao significado **pretendido** dos sucessivos grupos para encontrar a ordem justa. É importante notar que em inglês todos os qualificadores são colocados antes do substantivo, é aliás essa posição que lhes dá a categoria de qualificadores. E convém também notar que, em português, a ordem é exactamente a inversa do inglês, como se uma fosse o espelho da outra. É aliás este aspecto que, na vida real, nos permite interpretar as eventuais longas sequências de qualificadores em inglês com vista à sua tradução.

ii) Sintagmas nominais com combinação de adjetivos e sintagmas preposicionais

A coisa complica-se quando um destes qualificadores tem de ser em português um SP enquanto em inglês é um SN:

- (10) *Programa (nacional) (integrado) (de segurança interna)* — [*(Integrated) (domestic) (internal security) programme*].

Nesse caso, o SP qualificador tem de vir depois dos adjetivos em português, mesmo que isso não corresponda à perfeita imagem inversa PT-EN. Quando todos os qualificadores estão em pé de igualdade e um ou mais deles é SP, os adjetivos precedem os SP.

⁽³⁾ Como em ocasiões anteriores, sigo a convenção de marcar com asterisco as frases deficientes ou inaceitáveis.

⁽⁴⁾ Procurei ilustrar graficamente os pontos em que a violação se verifica e cria choque ou ambiguidade semântica, indicando entre parênteses o significado pretendido e com sublinhado o significado entendido ou interferente.

O abuso da formação de qualificadores em inglês é muitas vezes fonte de interferência:

- (11) [*cross-sector and cross-country circulation of researchers, including PhD candidates*] — *circulação (*intersectorial e entre países*) de investigadores, incluindo doutorandos

Uma vez superada a deficiente formulação em inglês, a solução terá de ser neste caso qualificar com dois adjectivos (*circulação intersectorial e internacional de investigadores*), ou qualificar com dois SP (*circulação de investigadores entre sectores e entre países*), e então a ordem passa a ser diferente e entramos noutra tipo, mais adiante focado (iv).

iii) Sintagmas nominais com substantivos compostos

Se um SN formado por N + SP constituir ou for sentido como um substantivo composto, esse bloco forma um conjunto inquebrável | ART. + N + PREP. + N | que funciona como SN simples:

- (12) *Os fins de semana inesquecíveis da lua-de-mel do casal*
(13) *Um Conselho de Ministros estratégico para esta política*

Quando esses grupos não constituem substantivos compostos ou o tratamento como tal não funciona como conjunto inquebrável, mantêm-se as valências de cada elemento e a falta da correcta articulação sintáctica | ADJECTIVO + SP | resulta em choque semântico ou forte ambiguidade:

- (3a) *(*fraldas para crianças*) descartáveis — [*disposable nappies for babies*]
— *fraldas descartáveis para crianças*
(4a) *(*pensão de viúva*) dinamarquesa — [*Danish widow's pension*]
— *pensão dinamarquesa de viuvez*⁽⁵⁾

iv) Sequência de dois ou vários sintagmas preposicionais

É neste campo que verdadeiramente "a porca torce o rabo". Retomemos alguns dos exemplos anteriores e juntemos outros:

- (5) *os (*brinquedos do Joãozinho*) de plástico — [*Johnny's plastic toys*]
(6) *a (*colocação no mercado*) dos produtos — [*the marketing of products*]
(8) *defendeu que uma eventual (*concessão a privados*) da RTP é inconstitucional
(14) *relativo à (*adesão à União Europeia*) da República da Croácia
(15) *o trabalho de (*integração com a UE*) dos mercados de energia da Ucrânia e da Moldávia
(16) *a correcta (*aplicação pela Noruega*) do acervo de Schengen
(17) *o (*financiamento pelo FEOGA*) de ajudas ao consumo

Todos estes exemplos ilustram os choques resultantes do errado posicionamento de sintagmas preposicionais. Porém, se atentarmos melhor, vemos que há uma diferença substancial entre (5) e todos os outros exemplos.

O substantivo de referência em (5) é concreto, designa objectos — <BRINQUEDOS>.

Nos casos deste tipo, podemos controlar as relações entre os diversos elementos mediante a substituição dos sintagmas pelas 'frases subjacentes' com o predicado semântico correspondente:

- (5a) *Os brinquedos de plástico do Joãozinho* → {o Joãozinho tem brinquedos de plástico}
⇒ {Joãozinho TEM BRINQUEDOS} + {brinquedos SÃO FEITOS DE PLÁSTICO}.

Mas não **Os brinquedos do Joãozinho de plástico* → {*o Joãozinho de plástico tem brinquedos} ⇒ {Joãozinho TEM BRINQUEDOS} + {*Joãozinho É FEITO DE PLÁSTICO}, pois assim teríamos proposições não verdadeiras na estrutura semântica subjacente.

Nestes casos, a ordem dos complementos tem de reflectir a relação lógica e a verdade das proposições subjacentes e, à semelhança da colocação dos vários adjectivos 'algébricos' ou 'em

⁽⁵⁾ Neste último exemplo, há ainda uma ambiguidade/erro suplementar pois "widow's pension" pode ser, conforme os contextos, "pensão de viuvez" e "pensão de viúva".

cascata', **tem que vir antes o qualificador SP que é contido no qualificador SP seguinte:** [(os brinquedos) do Joãozinho] / [(os brinquedos) de plástico) do Joãozinho] ou, dito por outras palavras, o qualificador mais à direita é o que qualifica o anterior, seja este simples ou alargado, e isto porque a extensão dos sintagmas, sejam eles quais forem, se faz do início para o fim no enunciado oral, e da esquerda para a direita no enunciado escrito, tal como já dissemos.

Os substantivos de referência dos outros exemplos (6, 8, 14, 15, 16, 17) são abstractos e designam ACÇÕES: <COLOCAR, CONCEDER, INTEGRAR, ADERIR, APLICAR, FINANCIAR>. Chamar-lhes-ei, portanto, **substantivos accionais**.

Os sintagmas com substantivos accionais, seja qual for a sua extensão, correspondem sempre a frases com verbo. Teremos assim portanto:

- (6a) {os produtos são colocados no mercado} ≠ *{algo é colocado no mercado dos produtos} ⇒ *a colocação dos produtos no mercado.*
- (8a) {conceder a RTP a privados é inconstitucional} ≠ *{conceder algo a (pessoas) privadas da RTP é inconstitucional} ⇒ *[defendeu que uma eventual] concessão da RTP a privados é inconstitucional.*
- (14a) {[relativo a que] a República da Croácia adere à União Europeia} ≠ *{... algo adere à União Europeia da República da Croácia} ⇒ *[relativo à] adesão da República da Croácia à União Europeia.*
- (15a) {o trabalho de integrar os mercados de energia da Ucrânia e da Moldávia com a UE ≠ *{o trabalho de integrar algo com a UE dos mercados de energia ...} ⇒ ?*o trabalho de integração dos mercados de energia da Ucrânia e da Moldávia com a UE, ou melhor ainda: o trabalho de integrar os mercados de energia ... com a UE.*
- (16a) {o acervo de Schengen é aplicado ... pela Noruega} ≠ *{... é aplicado pela Noruega do acervo...} ⇒ *[a correcta] aplicação do acervo de Schengen pela Noruega.*
- (17a) {as ajudas ao consumo são financiadas pelo FEOGA} ≠ *{algo é financiado pelo FEOGA das ajudas ao consumo} ⇒ *o financiamento das ajudas ao consumo pelo FEOGA.*

c) **Restrições de colocação na acção substantivada**

O algoritmo subjacente a estas correspondências (6a, 8a, 14a, 15a, 16a, 17a) é o seguinte:

Quando a ACÇÃO que é normalmente expressa pelo verbo passa a ser expressa por um substantivo accional, a frase com verbo e componentes principais é substituída por um sintagma nominal complexo, mais ou menos extenso. Deixam de se aplicar as regras da colocação dos componentes em torno do verbo e passam a aplicar-se as regras de sequenciação dos vários sintagmas dependentes desse substantivo accional.

Deixa de haver ordem directa ou inversa, objecto directo ou indirecto, frase passiva, negação verbal, etc.

Tudo isso é substituído por um sintagma nominal mais ou menos extenso cujo substantivo de referência é o substantivo accional (o que exprime a ACÇÃO), seguido de uma cadeia mais ou menos extensa de sintagmas preposicionais, cuja posição não é de todo flexível.

Assim, o sujeito ou o objecto directo daqueles verbos correspondentes têm de ser o primeiro SP a seguir ao substantivo accional (*os produtos são colocados — a colocação dos produtos*).

Depois vêm os adjectivos e os SP que qualificam este SP substitutivo (*integrar os mercados [únicos] de energia da Ucrânia e da Moldávia — integração dos mercados [únicos] de energia da Ucrânia e da Moldávia*).

Em seguida, o SP correspondente ao eventual objecto indirecto (*adesão da República da Croácia à União Europeia*) e o SP correspondente ao eventual agente da passiva (*financiamento das ajudas ao consumo pelo FEOGA*).

E só depois disso podem vir os eventuais complementos circunstanciais (... *no mercado*, ... *com a UE*).

Os únicos elementos que podem vir antes desse substantivo accional são o artigo e os adjectivos que o qualificam (a *correcta* aplicação, a *eventual* concessão). Estes adjectivos podem ser colocados antes ou depois do substantivo accional, pois correspondem a advérbios na frase subjacente com verbo. Não há aqui influência das valências <SUBJECTIVIDADE, OBJECTIVIDADE>.

d) **Restrições de colocação na acção adjectivada**

Há um aspecto da verbalização que pode comportar desvantagens — os choques semânticos resultantes do participio passado/adjectivo verbal. Falámos atrás de atracção secundária a respeito do verbo. Pois bem, é sobretudo com o participio passado/adjectivo verbal que ela se verifica.

Cá temos então, finalmente, o exemplo que parecia ter ficado esquecido:

(7) *as (*uniões de facto*) *registadas* — [*registered partnerships*]

O pretendido substantivo composto é formado por | ART. + SUBST. + ADVÉRBIO | e qualificado por um participio/adjectivo verbal.

Esta forma tem o comportamento sintáctico dos adjectivos e o valor semântico de qualificador, mas ao mesmo tempo não deixa de ter as propriedades verbais do participio. Mantém portanto a capacidade de atrair o advérbio (que normalmente qualifica a ACÇÃO). Ficamos assim com uma ambiguidade irresolúvel, em que o advérbio faz parte ao mesmo tempo de dois 'conjuntos'.

Este exemplo é muito interessante e ilustrativo dos casos insolúveis, pois também os há.

O conjunto "*uniões de facto*" já ia lançado no domínio jurídico para se tornar um substantivo composto, e portanto um conjunto inquebrável⁽⁶⁾, mas a sua qualificação com "*registadas*" tornou-o impossível de utilizar sem risinhos irónicos.

Todavia, como a língua nunca é parca de recursos, "demos-lhe a volta" e mudámos o item terminológico para "*parcerias registadas*".

Resumindo, partimos da ordem dos componentes principais da frase e, passando de caminho pelo que sucede com esses componentes, chegámos à grande dicotomia entre **verbalização** e **substantivação**, ou seja, entre dar prioridade ao verbo ou dar prioridade ao substantivo correspondente. E deparámos, neste segundo caso, com uma ordem bastante mais rígida que a existente nas frases com verbo. Vimos também como a forma verbal adjectivada gera focos de atracção secundária.

Justamente, é aqui que bate o ponto. Quando a acção é substantivada, ficamos com uma ordem de componentes mais rígida do que a ordem organizada em torno do verbo. E, ao passo que este mantém a sua atracção sobre os vários componentes principais, mesmo que a distância seja grande, o substantivo accional não tem essa força de atracção. Acresce que, quando a cadeia de componentes se alonga na substantivação, esse alongamento é normalmente feito com muitos sintagmas preposicionais. E estes, na sua imensa maioria, comportam a preposição DE.

Com uma longa cadeia de sintagmas preposicionais e muitas preposições DE, facilmente se perde a justa articulação sintáctica:

(18) [*the **limitation** of negative impacts of food chain activities and of changing diets and production systems on the environment*]

*a **limitação** dos impactos negativos no ambiente das actividades relativas à cadeia alimentar e das mudanças dos regimes alimentares e sistemas de produção

[a **limitação** dos impactos negativos que as actividades relativas à cadeia alimentar e os regimes alimentares e sistemas de produção em mutação têm no ambiente]

⁽⁶⁾ A língua portuguesa é "traíçoera", mas o jogo de palavras não foi intencional.

Indicar a acção por meio de verbo ou substantivo accional ou adjectivo verbal não é, só por si, um recurso defeituoso para quem redige ou traduz. É o excesso ou a desadequação do seu uso que constitui defeito e perturba mais ou menos fortemente a compreensão.

Na redacção, importa não incorrer nas desvantagens ligadas ao excessivo uso de um ou outro tipo de construção sintáctica.

Na tradução, importa, por um lado, não repercutir tais "desmandos" e, por outro lado, evitar as situações onde é mais forte e mais provável a interferência.

Ora bem, o inglês também dá preferência às formas verbais, e também conta com formas híbridas, tal como o português. Mas essas formas não são exactamente as mesmas e têm comportamentos sintácticos muito diferentes nas duas línguas.

É o que sucede com as formas verbais inglesas com terminação **-ing**, que podem pertencer a várias categorias gramaticais, conforme a sua posição na frase e a sua articulação com outros componentes.

Elas podem ser, naturalmente, formas verbais — participio ou gerúndio:

You are smoking too much these days. // She is cutting my hair. // I don't think his article deserves reading. // Having said this, he started pumping the water. // Not knowing what to do, I went home. // My favourite activity is reading. // I hate packing suitcases.

Mas também são substantivos e adjectivos:

There was a smoking cigarette end in the ashtray. // Smoking is bad for you. // The opening of Parliament was a grand ceremony. // His shouting gets on my nerves.

São inúmeras as ocorrências com preposição:

You can't make an omelette without breaking eggs. // Always check the oil before starting the car. // We got the job finished by working sixteen hours a day. // He's talking about moving to the country. // They painted the house instead of going on holiday.

E também são numerosas as ocorrências em que a posição aparente de qualificador corresponde a estruturas semânticas bastante diferentes:

*A waiting room (=a room for waiting) // a waiting train (=a train that is waiting)
A sleeping pill — a sleeping child // working conditions — working men and women
Rolling rocks is dangerous // Rolling rocks are dangerous
Rolling rocks can be dangerous (ambiguidade irresolúvel).*

Por conseguinte, é capital prestar toda a atenção à tradução destas formas **-ing** para português, a qual pode assumir uma enorme variedade — na língua de chegada temos umas vezes substantivos, outras adjectivos, infinitivos, gerúndios, participios, e outras ainda sintagmas preposicionais, orações encaixadas.

As regras sintácticas a que estas formas **-ing** estão sujeitas em inglês não são de todo, e nem sempre, as mesmas que as diversas formas que lhes correspondem em português. A escolha da sua tradução pode implicar restrições em português pouco ou nada convenientes para a extensão da frase em que se inserem⁽⁷⁾.

Tomemos um exemplo de estrutura sintáctica simples: *Understanding X is important for Z.*

Porém, com um alongamento excessivo de X, a indevida omissão dos artigos definidos e outro alargamento em Z, ficámos com a seguinte frase 'inglesa' a traduzir⁽⁷⁾:

(20) [*(Understanding local and regional specificities, user behaviour and perceptions, social acceptance, impact of policy measures, mobility, changing needs and patterns, evolution of future demand, business models and their implications) is (of paramount importance for the evolution of the European transport system)*]. (sic)

**(A compreensão das especificidades locais e regionais, do comportamento e das percepções dos utentes, da aceitação social, do impacto das medidas políticas, da mobilidade, da evolução das necessidades e padrões, da futura evolução da procura e dos modelos*

⁽⁷⁾ Além das óbvias deficiências possíveis nos textos originais, de que já falámos.

empresariais e suas implicações) é (de primordial importância para a evolução do sistema europeu de transportes).

É, portanto, necessário seguir outra opção e transformar o longuíssimo sujeito da frase com o seu empilhamento de sintagmas preposicionais⁽⁸⁾ numa oração encaixada com uma forma verbal, pois assim mantemos a atracção | VERBO + OBJ. DIR. | por muito mais tempo apesar da extensão do sujeito da frase principal:

(20a) *(Compreender as especificidades locais e regionais, o comportamento e as percepções dos utentes, a aceitação social, o impacto das medidas políticas, a mobilidade, a evolução das necessidades e padrões, a futura evolução da procura e os modelos empresariais e suas implicações) é (de primordial importância para a evolução do sistema europeu de transportes).*

Este tipo de situações é corrente no trabalho de tradução em que nos situamos, e dá este tipo de resultados pela errada escolha entre substantivação e verbalização e pela colagem sintáctica.

Com efeito, é na colagem sintáctica, por inépcia ou por preguiça, que residem verdadeiramente a má tradução, o texto pesado, a colagem ao original, a incompreensão do leitor, a oportunidade de deixar passar a interferência lexical.

Acrescento, finalmente, alguns exemplos mais extensos, para ilustração (original, 'tradução' e texto corrigido)⁽⁹⁾:

(21) The members of the Scientific Council shall be compensated for the tasks they perform by means of an honorarium and, where appropriate, reimbursement of travel and subsistence expenses. (sic)

**Os membros do Conselho Científico receberão uma remuneração pelas tarefas que executarem mediante honorários e, quando adequado, reembolso de despesas de viagem e de estadia.*

[Os membros do Conselho Científico são remunerados pelas tarefas que executam e são reembolsados das despesas de viagem e estadia em que incorram.]

(22) Independent researchers of any age, including starting researchers making the transition to being independent research leaders in their own right, from any country in the world will be supported to carry out their research in Europe. (sic)

**Será concedido apoio a investigadores independentes de todas as idades, incluindo investigadores em início de carreira que se encontrem em fase de transição para se tornarem líderes de investigação independentes de direito próprio, e de qualquer país do mundo para fins de realização dos seus trabalhos de investigação na Europa.*

[Os investigadores independentes de todas as idades, incluindo os investigadores em início de carreira que se encontrem em fase de transição para se tornarem por direito próprio líderes de investigação independentes, e oriundos de qualquer país do mundo, receberão apoio para realizarem os seus trabalhos de investigação na Europa.]

(23) Supporting a large set of embryonic, high risk visionary science and technology collaborative research projects is necessary for the successful exploration of new foundations for radically new future technologies. By being explicitly non-topical and non-prescriptive, this activity

⁽⁸⁾ 9 SP dependentes do substantivo de referência, num total de 17 na frase.

⁽⁹⁾ Retirados do documento 17935/11 do Conselho — Proposta de decisão do Conselho que estabelece o programa específico de execução do "Horizonte 2020 - Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020)", <http://register.consilium.europa.eu/pdf/pt/11/st17/st17935.pt11.pdf>

allows for new ideas, whenever they arise and wherever they come from, within the broadest spectrum of themes and disciplines. Nurturing such fragile ideas requires an agile, risk-friendly and highly interdisciplinary research approach, going well beyond the strictly technological realms. Attracting and stimulating the participation of new high-potential actors in research and innovation, such as young researchers and high-tech SMEs is also important for nurturing the scientific and industrial leaders of the future. (sic)

**É necessário apoiar um grande conjunto de projectos de investigação embrionários, visionários e de alto risco realizados em colaboração no domínio da ciência e da tecnologia a fim de garantir o sucesso da exploração de novas bases para futuras tecnologias radicalmente novas. Ao ser explicitamente não prescritiva e sem tópicos definidos, esta actividade permite a exploração de novas ideias, independentemente da sua origem ou do momento em que surgem, no mais amplo espectro de temas e disciplinas. A fim de cultivar ideias de natureza tão frágil é necessária uma abordagem da investigação ágil, disposta a assumir riscos e fortemente interdisciplinar que ultrapasse em muito os domínios tecnológicos em sentido estrito. É igualmente importante atrair e estimular a participação de novos intervenientes de elevado potencial no domínio da investigação e inovação, como, por exemplo, jovens investigadores e PME de alta tecnologia a fim de dar origem aos líderes científicos e industriais do futuro.*

[O apoio a um grande conjunto de projectos colaborativos de investigação científica e tecnológica, que se apresentem visionários, de alto risco e em fase inicial, é realmente necessário para garantir o êxito da exploração de novas bases para futuras tecnologias radicalmente novas. Sendo explicitamente não prescritiva e não tendo tópicos definidos, esta actividade permite a exploração de novas ideias, independentemente da sua origem ou do momento em que surgem, no mais amplo espectro de temas e disciplinas. Para cultivar ideias de natureza tão frágil, é necessário abordar a investigação de forma ágil, assumidora de riscos e fortemente interdisciplinar, de modo a ultrapassar largamente os domínios tecnológicos em sentido estrito. É igualmente importante atrair e estimular a participação de novos investigadores e inovadores de elevado potencial, como por exemplo jovens investigadores e PME de alta tecnologia, a fim de cultivar os líderes científicos e industriais do futuro.]

As soluções acima dadas não são, claro, as únicas possíveis nem pretendem ser as melhores. No quadro da UE, são reais e constantes as limitações impostas por originais com redacção deficiente ou discutível e por prazos de execução cada vez mais curtos, pelo que todos os tradutores são forçados a fazer compromissos no seu trabalho.

Importa concluir que a ordem dos complementos na frase, bem como as interferências a que está sujeita, têm uma influência directa e capital no contexto de tradução em que nos situamos — produzir "textos legislativos com toda a sua coorte de textos preparatórios, nos quais são indispensáveis a clareza do enunciado e a ausência de ambiguidade" — e são um dos aspectos principais que o tradutor profissional deve ter sob vigilância na sua qualidade de "tradutor chefe de orquestra".

jfs@consilium.europa.eu



Etnónimos, uma categoria gramatical à parte?

Paulo Correia

Direção-Geral da Tradução — Comissão Europeia

Muitas comunidades Inuit continuam a praticar as danças e canções tradicionais, que incluem dança de tambores e canto gutural (canto tradicionalmente executado por mulheres Inuit, que produzem sons guturais). (...) Atualmente os Inuit trabalham em todos os setores da economia, incluindo mineração, petróleo e gás, construção, no governo e em serviços administrativos.

Governo do Canadá⁽¹⁾

As autoridades canadianas mudaram o etnónimo⁽²⁾ utilizado para se referirem às suas populações autóctones árticas e subárticas, abandonando o **exoetnónimo** «esquimó», exónimo atribuído por índios do atual Quebeque aos vizinhos do norte, e substituindo-o por um **endoetnónimo**, endónimo utilizado por esquimós canadianos para se designarem na sua própria língua.

Mas porquê **Inuit** e não **inuites**? Vendo esta prática, bastante corrente, de usar uma forma invariável e maiúscula inicial para certos etnónimos menos conhecidos (e respetivos adjetivos), é lógico questionar se essas palavras estão sujeitas a regras gramaticais e ortográficas distintas das que se aplicam aos etnónimos mais consagrados e aos gentílicos (e respetivos adjetivos).

De facto, a coluna dos **gentílicos** (e respetivos adjetivos) da «Lista dos Estados, territórios e moedas» do *Código de Redação Interinstitucional*⁽³⁾ regista quase sempre vernaculismos⁽⁴⁾ de uso bastante consensual, com a respetiva flexão em género e número e com minúscula inicial. Em caso de dúvida, recorre-se a expressões do tipo «de (nome do Estado/território)» (por exemplo, «de Hong Kong»).

Porém, no caso de muitos **endoetnónimos** e mesmo **exoetnónimos** menos conhecidos (e respetivos adjetivos), o primeiro contacto do tradutor ou do jornalista com eles faz-se frequentemente na forma de transcrições para o alfabeto latino, hoje em dia quase sempre segundo as regras ortográficas e gramaticais do inglês⁽⁵⁾. Acresce que a alternativa do tipo «de (nome de território)» não é muitas vezes possível, pois muitas destas comunidades podem não dispor de território próprio ou de formas de autogoverno.

Como são, então, incorporados esses **endoetnónimos** num texto português? António Mendes da Costa, no n.º 18 d'«a folha»⁽⁶⁾, apresenta três abordagens bem definidas:

1. manter as formas mais próximas da língua que lhes deu origem, com uma pluralidade de termos variando em género e número, utilizados como substantivos ou adjetivos;
2. escolher uma forma representativa do internacionalismo e tratá-la como uma palavra única e invariável;
3. optar por uma das formas mais correntes do internacionalismo e tratá-la como um termo vernáculo adaptando-o e fazendo-o variar morfológica e sintaticamente segundo as regras da própria língua.

⁽¹⁾ Governo do Canadá — *Os Inuit*,

http://www.canadainternational.gc.ca/brazil-bresil/about_a-propos/inuit.aspx?lang=por&view=d

⁽²⁾ Vocábulo indicativo de nomes de povos, tribos, castas, comunidades políticas ou religiosas que possam ser entendidos num sentido étnico (*Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=etnónimo>).

⁽³⁾ *Código de Redação Interinstitucional*: «Lista dos Estados, territórios e moedas»,

<http://publications.europa.eu/code/pt/pt-5000500.htm>.

⁽⁴⁾ Uso de palavras e construções gramaticais sem máculas de estrangeirismo (*Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*, <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=vernaculismo>).

⁽⁵⁾ São exceção generalizada os etnónimos de povos, etnias ou tribos da América Latina. Nesses casos a ortografia é de origem portuguesa ou espanhola.

⁽⁶⁾ Costa, António Mendes da — «Ciganos, Sinti, Roma» in «a folha», n.º 18 — primavera de 2005,

http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha18_pt.pdf.

Com a **abordagem 1**, a solução é naturalmente complexa, mas não deixa de se refletir em certos usos, embora seja residual nas memórias de tradução interinstitucionais Euramis. A utilização do itálico é fortemente recomendada, pois trata-se de palavras deliberadamente estrangeiras⁽⁷⁾. Assim, por exemplo:

um *inuk* / um *ntu*
dois *inuit* / dois *bantu*
a língua *inuktitut* / a língua *kibantu*.

Com a **abordagem 2** — internacionalismos de endónimos, mas também de exónimos —, adota-se geralmente uma abordagem próxima da inglesa, com invariabilidade em género e muitas vezes em número e uso de maiúscula inicial tanto para os **adjetivos** como para muitos **substantivos** (etnónimos⁽⁸⁾ ou glossónimos). Alguns exemplos:

população Inuit (cf. população guineense)
milícias Tuareg (cf. milícias congolenses)
território Sami (cf. território palestiano)

os Inuit residentes na Gronelândia (cf. os portugueses residentes no Luxemburgo)
os Sami e Inuit que vivem a sul do círculo polar ártico (cf. os angolanos venceram o jogo de futebol)
o Quechua foi ganhando falantes (cf. o galego é uma língua co-oficial de Espanha).

Uma variante da abordagem 2 encontrada nas memórias Euramis consiste na utilização de uma forma invariável com minúscula inicial.

as minorias romani (cf. as minorias ciganas)
os romani (cf. os ciganos).

A abordagem 2 vai contra a prática de flexão de género e número utilizada no *Código de Redação Interinstitucional* para os gentílicos. Não necessita, porém, de tradução e é muitas vezes privilegiada na comunicação social pelo exotismo gráfico do internacionalismo.

Com a **abordagem 3** — vernaculismos de endónimos, mas também de exónimos —, adotam-se formas aportuguesadas, flexionadas e com minúsculas iniciais, tal como é feito pela generalidade dos vocabulários e dicionários da língua portuguesa e por muitos tradutores (cf. memórias Euramis). Evita-se, assim, a utilização de formas enquistadas, alheias às regras do português, e/ou a necessidade de criação de novas regras gramaticais *ad hoc* exclusivas para alguns etnónimos.

A abordagem 3 está em linha com a prática de flexão de género e número utilizada no *Código de Redação Interinstitucional* para os gentílicos e — muito importante — coincide também com as formas registadas nos vocabulários e dicionários portugueses e brasileiros, os quais utilizam claramente formas aportuguesadas — tanto para exoetnónimos como para endoetnónimos.

Embora em português também se possa utilizar a maiúscula inicial para gentílicos ou etnónimos quando considerados na totalidade (plural) — uma espécie de antropónimo —, no entanto, na maioria dos casos emprega-se a inicial minúscula — correspondentes comuns dos nomes étnicos. É essa a interpretação do *Código de Redação Interinstitucional*⁽⁹⁾. Os dicionários de língua portuguesa dividem-se. Veja-se o exemplo de maori:

⁽⁷⁾ Equipa linguística do Departamento de Língua Portuguesa — «O itálico e as palavras estrangeiras» in «a folha», n.º 39 — verão de 2012, http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha39_pt.pdf.

⁽⁸⁾ O francês usa também maiúsculas iniciais nos gentílicos e etnónimos, o que poderá ter deixado alguma influência em textos portugueses traduzidos do francês.

⁽⁹⁾ *Código de Redação Interinstitucional*: «Maiúsculas e minúsculas», <http://publications.europa.eu/code/pt/pt-4100700pt.htm>.

<i>Priberam</i>	— Indivíduo pertencente aos maoris .
<i>Houaiss</i>	— indivíduo dos maoris
<i>Aulete</i>	— indivíduo dos maoris , povo indígena da Nova Zelândia.
<i>Aurélio</i>	— Indivíduo dos maoris , povo indígena da Nova Zelândia, de origem polinésia.
<i>Ac. das Ciências</i>	— pessoa pertencente aos Maoris (mas: os maoris , povo polinésio da N. Zelândia)
<i>Michaelis</i>	— <i>adj.</i> Relativo aos Maoris , povo da Nova Zelândia, de raça polinésia. (mas: Língua austronésia dos maoris .)
<i>Porto Editora</i>	— pessoa pertencente aos Maoris
<i>Universal</i>	— indígena pertencente ao povo dos Maoris , da Nova Zelândia

N.B.: Esta mesma discrepância no uso de maiúsculas ou minúsculas iniciais verifica-se também para termos referentes a outros **grupos de seres vivos**. Veja-se, nos mesmos dicionários, o exemplo de rosácea. Neste caso, apenas a Porto Editora e o Michaelis utilizam maiúscula inicial (Rosáceas). Os restantes utilizam minúscula inicial (rosáceas).

A tendência que se verifica em muitos textos das instituições da ONU e da UE e que aponta para o abandono de certos exoetnónimos mais ou menos consagrados para adotar em seu lugar endoetnónimos (com as necessárias adaptações das abordagens 2 ou 3 atrás referidas) não abrange todas as etnias. Assim, a generalidade dos grupos étnicos europeus é excluída dessa tendência⁽¹⁰⁾, o mesmo se podendo dizer de outros grupos como, por exemplo, os **tibetanos** (abordagem 2: Bodpa; abordagem 3: bódepas) ou os **tuaregues** (abordagem 2: Imuhagh; abordagem 3: imuagues).

Em **anexo** apresenta-se um quadro com alguns exemplos de etnónimos de povos exteriores à União Europeia (UE) e à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). São aí utilizadas exclusivamente **formas aporuguesadas**, quase sempre registadas nos vocabulários e dicionários portugueses e brasileiros. A negrito são indicadas as formas consideradas de uso mais frequente, registadas em fichas IATE (coleção EU-ETHNONYMY). Para os internacionalismos, indica-se apenas a ortografia atual dos etnónimos, tal como registada na versão eletrónica do *Oxford English Dictionary*⁽¹¹⁾ (OED). Noutras fontes atuais em língua inglesa, verifica-se para muitos etnónimos o uso de outras variantes ortográficas e oscilação no uso de plurais com e sem flexão⁽¹²⁾. É interessante verificar no OED que as grafias utilizadas em textos ingleses de séculos anteriores estavam muitas vezes mais próximas das transcrições portuguesas, francesas ou espanholas.

N.B.: Os mesmos três tipos de abordagem têm também sido utilizados para os etnónimos referentes a comunidades políticas ou religiosas mais distantes da realidade portuguesa (cf. memórias Euramis). Exemplos:

o *talib*, os Taliban, os talibãs
os Shia, os xiitas.

Ainda os inuítes

Quando os franceses subiram o rio S. Lourenço, no Canadá, um dos primeiros povos com que entraram em contacto foram os algonquinos. Não é de estranhar que os franceses, copiados depois por outros europeus, tenham adotado para os povos em redor exónimos algonquinos, nem sempre muito simpáticos. Por exemplo, segundo algumas fontes: *Esquimaux*, esquimós (*comedores de carne crua*); *Iroquois*, iroqueses (*verdadeiras víboras*).

Ao optar-se agora por um endónimo específico para designar populações dispersas, como é o caso dos esquimós (ou dos ciganos), há que fazer o levantamento, tão exaustivo quanto possível, dos vários endónimos utilizados pelas diferentes subcomunidades. Efetivamente, nem todos os esquimós se reconhecem como inuítes.

⁽¹⁰⁾ Exceções notáveis: lapões e ciganos.

⁽¹¹⁾ *Oxford English Dictionary*, <http://www.oed.com/>.

⁽¹²⁾ Cf. versão em língua inglesa da Wikipédia, http://en.wikipedia.org/wiki/Main_Page.

Em linhas gerais, a realidade esquimó vai desde os **iúpiques** do Extremo Oriente russo e da costa pacífica do Alasca até aos **inuítes** do Ártico alaskiano e canadiano e da Gronelândia. Os inuítes propriamente ditos podem ainda autodesignar-se inupiates (ou inupiaques), no Alasca, inuvialuítes, no noroeste canadiano, inuítes, no restante Canadá ártico e subártico, ou calalites, na Gronelândia. Em certos contextos científicos, utiliza-se ainda **esquimós** para referir a generalidade do povo ou, então, compostos como **inuítes-iúpiques** ou **inupiates-iúpiques**, em função do contexto.

Esta melhor compreensão da realidade esquimó faz com que na legislação da União Europeia o termo inuíte venha geralmente acompanhado de uma enumeração de outros endónimos esquimós, para que fique claro que, embora se utilize o endónimo específico de esquimós canadianos, se quer com esse termo abarcar todos os esquimós e não apenas alguns. Por exemplo⁽¹³⁾:

Para os efeitos do presente regulamento, entende-se por: (...)
 «Inuítes», membros indígenas do território inuíte, nomeadamente as zonas árticas e subárticas onde, atual ou tradicionalmente, os Inuítes têm direitos e interesses aborígenes, reconhecidos pelos Inuítes como sendo membros do seu povo, e que incluem os grupos Inupiat, Yupik (Alasca), Inuíte, Inuvialuit (Canadá), Kalaallit (Gronelândia) e Yupik (Rússia).

Paulo.Correia@ec.europa.eu

Alguns etnónimos exteriores à UE e à CPLP

vernaculismos	referências lusófonas ⁽¹⁴⁾	internacionalismos	IATE
aimará(s) aimara(s)	VOP; VOLP Aur.	Aymara(s)	3545990
aino(s) ainu(s)	VOP; VOLP; Aur.; Aul. VOLP; Aur.	Ainu(s)	3545375
aleúte(s)	VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul.	Aleut(s)	3545989
algonquino(s)/algonquina(s) algonquiano(s)/algonquiana(s) algonquiense(s) algonquinense(s) algonquim (algonquins)	VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul. VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul. VOLP; Aul. VOLP VOLP	Algonquin(s)	3545991
asteca(s) azteca(s)	VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul. VOP	Aztec(s)	3546041
baloché(s) baluchi(s) balúchi(s) beluchi(s) belúchi(s)	VOP; Aul. Aur. VOLP; Aur.; Aul. VOLP; Aur.; Aul. Aul.	Baluch(s) Baluchi(s)	926084
banto(s)/banta(s) bantu(s)	VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul. VOP; Aur.; Prib.	Bantu(s)	3546847
beduíno(s) beduí(s) beduim (beduins)	VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul. VOP; VOLP; Aur.; Aul. VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul.	Bedouin(s)	906543
berbere(s) berber(es)	VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul. VOLP; Aur.; Aul.	Berber(s)	1497181
cabila(s) cabilda(s)	VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul. VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul.	Kabyle(s)	3545133
camba(s)	—	Khamba(s)	3546885

⁽¹³⁾ Regulamento (CE) n.º 1007/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativo ao comércio de produtos derivados da foca, JO L 286 de 31.10.2009,

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:286:0036:0039:PT:PDF>.

⁽¹⁴⁾ Fontes: **VOP** — *Vocabulário Ortográfico Português*; **VOLP** — *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras*; **Aur.** — *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 7.0*; **Prib.** — *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*; **PE** — *Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora*; **Aul.** — *iDicionário Aulete*. O VOP é o único recurso que apresenta sistematicamente as formas flexionadas.

vernaculismos	referências lusófonas⁽¹⁴⁾	internacionalismos	IATE
canaca(s)	VOP; VOLP; Aur.; Aul.	<i>Kanak(s)</i> ^(*)	3545134
caraiíba(s) caribe(s)	VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul. VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul.	Carib(s)	3545992
carene(s)	—	Karen(s)	932702
cheiene(s)	VOLP; Aur.	Cheyenne(s)	3546043
cheroqui(s)	VOLP; Aur.	Cherokee(s)	3546038
chinuque(s)	VOLP	Chinook(s)	3546037
coissã(s) ⁽¹⁵⁾ coisã(s)	Aur. VOLP	Khoisan(s)	3545135
copta(s) copto(s)/copta(s)	VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul. VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul.	Copt(s)	3546042
cossaco(s)/cossaca(s) ⁽¹⁶⁾	VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul.	Cossack(s)	3546044
cri(s)	Aur.	Cree(s)	1655821
curdo(s)	VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul.	Kurd(s)	3546040
evenque(s)	VOLP; Aur.	<i>Evenk(s)</i> ^(*)	3546993
gagauz (gagaúzes)	—	<i>Gagauz(es)</i> ^(*)	1197844
gaoxã(s) ⁽¹⁷⁾	—	<i>Gaoshan(s)</i> ^(*)	3546242
han(es) ⁽¹⁸⁾	VOLP; Aur.	<i>Han(s)</i> ^(*)	3546245
haúça(s) hauçá(s) haussá(s)	PE Aur. Aul.	Hausa(s)	3546094
hui(s)	—	<i>Hui(s)</i> ^(*) Tungan(s)	928033
hutu(s) hútu(s)	VOLP; Aur. VOP	Hutu(s)	3546046
inuíte(s)	Aur.	Innuít(s) Inuit(s)	1689639
iroquês (iroqueses)/iroquesa(s)	VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul.	Iroquois Iroquoian(s)	3546243
iúpique(s)	Aur.	<i>Yupik(s)</i> ^(*)	3544997
maia(s) ⁽¹⁹⁾	VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul.	Maya(s)	3546244
manchu(s) mandchu(s)	VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul. VOLP; Aur.; Aul.	Manchu(s)	3546137
maori(s) maore(s)	VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul. VOLP; Aur.	Maori(s)	3547631
mapuche(s) ⁽²⁰⁾	VOLP; Aur.; Prib.; Aul.	Mapuche(s)	3546136
miao(s) meo(s)	VOLP; Aur. Aur.	Miao(s)	3546246
misquito(s) mosquito(s)	Aur. Aur.	Miskito(s)	3546045
nauatle(s) náuatle(s)	VOP; Aur.; Prib.; PE; Aul. VOLP; Aur.; Aul.	Nahuatl(s)	3546247
nenetse(s)	—	Nenets	3546138
ostíaco(s)/ostíaca(s) ostiaco(s)/ostiaca(s)	VOP; Aur.; PE VOLP; Prib.; Aul.	Ostyak(s) Khanty(s)	3546995
quíchua(s) quéchua(s)	VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul. VOP; VOLP; Aur.; Aul.	Quechua(s)	3546886
samoiedo(s)/samoieda(s) ⁽²¹⁾	VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul.	Samoyed(s)	3546887
siú(s)	VOLP; Aur.; Aul.	Sioux(es)	3546039

⁽¹⁵⁾ Inclui os hotentotes (cóis) e bosquímanos (sãs) do sudoeste de África.

⁽¹⁶⁾ Do turco *quzzāq*, aventureiro, guerrilheiro.

⁽¹⁷⁾ Indivíduo dos povos aborígenes das montanhas de Taiwan (Formosa).

⁽¹⁸⁾ O VOLP (ABL) e o Dicionário Aurélio consideram han como substantivo invariável.

⁽¹⁹⁾ A língua dos maias é o maia ou iucateque.

⁽²⁰⁾ Os mapuches são o único grupo não totalmente assimilado dos araucanos do Chile. Os outros são os picunches, a norte, e os huiliches, a sul.

⁽²¹⁾ Deriva do exónimo russo que significa canibal. Esta designação tem sido preterida a favor de endónimos como nenetses.

vernaculismos	referências lusófonas⁽¹⁴⁾	internacionalismos	IATE
tâmil(es) tâmil (tâmis) tâmil (tâmeis) tâmul (tâmules)	Prib.; PE VOP Aur.; Aul. VOP; Aur.; PE; Prib.	Tamil(s)	914019
tuaregue(s)⁽²²⁾	VOP; VOLP; Aur.; Prib.; PE; Aul.	Tuareg(s)	1648669
tútsi(s) tutsi(s)	VOLP; Aur.; Aul. VOP	Tutsi(s) Watusi(s)	3546139
uigur(es) uigure(s)	VOLP; Prib. VOP; Prib.; PE; Aul.	Uighur(s)	924640
xerpa(s)	VOLP; Prib.; PE	Sherpa(s)	3547630

(*) Termos encontrados na versão inglesa da Wikipédia.

⁽²²⁾ A língua dos tuaregues é o tuaregue ou tamaxeque.

Exoneração de responsabilidade: Os textos incluídos são da responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da Redação nem das instituições europeias.

A Redação é responsável pela linha editorial d'«a folha», cabendo-lhe decidir sobre a oportunidade de publicação dos artigos propostos.

Redação: Paulo Correia (Comissão); Valdemar Ferreira (PE); Manuel Leal (Conselho da UE); Victor Macedo (CESE-CR); António Raúl Reis (Serviço das Publicações)

Grupo de apoio: Ana Luísa Faria (Conselho da EU); Hilário Leal Fontes (Comissão); Susana Gonçalves (Comissão); Ana Lorenzo Garrido (Comissão); Joana Seixas (CESE-CR)

Paginação: Susana Gonçalves (Comissão)

Envio de correspondência: dgt-folha@ec.europa.eu

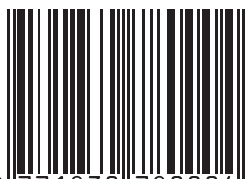
Edição impressa: oficinas gráficas do Serviço de Infraestruturas e Logística — Bruxelas (Comissão)

Edição eletrónica: sítio Web da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia no portal da União Europeia — <http://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine>

Os artigos contidos neste boletim podem ser reproduzidos mediante indicação da fonte e do autor.

«a folha» ISSN 1830-7809

ISSN 1830-7809



9 771830 780004